

HISTÓRIA COMPARADA

IMPÉRIOS - VOLUME 9

Conexões oceânicas e impérios da primeira modernidade

Conquista, comércio, trabalho forçado e resistência

Américas, África, Europa e Ásia - oceanos, impérios, comunidades e fronteiras

Américas, África, Europa e Ásia (c. 1500-1700 d.C.) | Edição Definitiva 2026

Texto original com referências acadêmicas, atividades e roteiro de estudo

Leonel Edmundo Junior

Apresentação

Este nono volume acompanha dois séculos em que conexões intercontinentais se tornaram mais regulares, densas e coercivas. Navios cruzaram o Atlântico em circuitos permanentes; a prata americana alcançou mercados europeus e asiáticos; mercadores, soldados, missionários e intérpretes circularam por oceanos já ocupados por redes antigas. Ao mesmo tempo, dinastias otomanas, safávidas, mogóis, Ming e Qing governaram populações imensas, enquanto poderes africanos, americanos, europeus e do Sudeste Asiático perseguiram projetos próprios. O resultado não foi um mundo europeu, mas um mundo mais conectado e profundamente desigual.

A conquista das Américas alterou a escala das relações oceânicas. Ela não pode ser explicada por um punhado de conquistadores nem por uma suposta superioridade civilizacional. Alianças indígenas, rivalidades políticas, epidemias, conhecimento local, tradução, apropriação de instituições existentes e reforços vindos do outro lado do oceano foram decisivos. Depois das primeiras vitórias, a formação de governos coloniais exigiu décadas de negociação, coerção e adaptação. Comunidades indígenas continuaram a litigar, migrar, cultivar, comerciar, praticar crenças e reorganizar autoridades.

Na África, o crescimento do tráfico atlântico de pessoas escravizadas produziu efeitos devastadores e desiguais. Africanos não formavam um bloco passivo: reinos, cidades, linhagens, comerciantes e comunidades tomaram decisões sob condições que mudavam rapidamente. Reconhecer agência não significa transformar coerção em escolha livre nem distribuir responsabilidades de maneira indiferenciada. Significa reconstruir como interesses locais, violência política, demanda externa, diplomacia e resistência se combinaram. Pessoas escravizadas preservaram conhecimentos, criaram comunidades e contestaram o cativeiro, embora agissem sob restrições extremas.

Na Ásia, a presença marítima portuguesa e, mais tarde, de companhias neerlandesas e inglesas foi importante, porém limitada. Estados asiáticos controlavam grandes exércitos, sistemas fiscais, mercados e portos; comerciantes armênios, árabes, indianos, persas, chineses, japoneses, malaio e suaíli continuaram indispensáveis. Companhias europeias obtiveram privilégios e construíram enclaves, mas dependiam de licenças, alianças e produtores locais. Em 1700, não governavam a maior parte da Ásia.

Autoria, pesquisa e uso editorial

O texto, a estrutura explicativa, as sínteses e as comparações deste volume foram redigidos originalmente para esta coleção. Texto, organização e edição: Leonel Edmundo Junior. Pesquisa histórica baseada na bibliografia indicada. Apoio de pesquisa e redação: inteligência artificial. O material pode ser adaptado para estudo, aulas, blog, roteiro, vídeo ou podcast, preservando referências, créditos e licenças de imagens e distinguindo evidência, interpretação e hipótese.

Pergunta central

Como a integração intercontinental cresceu por meio do comércio, da guerra, da missão, do trabalho forçado e da negociação, sem produzir domínio europeu uniforme nem apagar a atuação de sociedades africanas, americanas e asiáticas?

Como usar este volume

Os capítulos 1 e 2 apresentam fontes, escalas e o panorama de c. 1500. Os capítulos 3 a 6 analisam expansões ibéricas, conquista e colonização nas Américas e a presença portuguesa no oceano Índico. Os capítulos 7 a 11 tratam grandes formações da África, Ásia e Eurásia. Os capítulos 12 a 15 examinam escravização atlântica, conflitos europeus, companhias comerciais e intercâmbios ecológicos. O capítulo 16 reúne a comparação em torno de 1700. Os apêndices permitem estudar cronologia, coexistência, conceitos, fontes e atividades.

Cada capítulo responde a cinco questões recorrentes: que evidências sustentam a reconstrução; como a autoridade se formou; de que receitas e trabalhos dependia; como grupos colaboraram, negociaram ou resistiram; e quais interpretações permanecem debatidas. A seção de leituras-base não substitui a bibliografia final: funciona como porta de entrada para aprofundamento.

Convenções

Datas são aproximadas quando as evidências não permitem precisão maior. O intervalo 1500-1700 é uma ferramenta de comparação, não um período vivido do mesmo modo em toda parte. Expressões como primeira modernidade, início da era moderna e early modern são úteis, mas sua aplicação global é discutida.

Império designa uma formação que reivindica autoridade sobre territórios, povos ou unidades políticas diferenciadas e distribui poder de maneira desigual. Vice-reino, reino, sultanato, xádom, dinastia, confederação, cidade-Estado e companhia privilegiada indicam formas distintas. O livro não organiza sociedades numa escala linear entre atraso e progresso.

Fronteiras são zonas móveis de fortificação, migração, comércio, missão, tributação e soberania graduada. Mapas modernos tornam linhas mais precisas do que eram. Os verbos descobrir e explorar são usados apenas quando se refere à perspectiva documentada de um agente; terras americanas, africanas e asiáticas já eram conhecidas por seus habitantes.

Níveis de segurança: seguro, quando séries independentes convergem; provável, quando a melhor interpretação admite alternativas; debatido, quando cronologia, escala ou causalidade permanecem abertas. Estimativas demográficas e números do tráfico atlântico variam conforme séries, lacunas e métodos.

Conquista, guerra, escravização e perseguição religiosa são tratadas como processos políticos, fiscais, logísticos e sociais. A violência é reconhecida sem descrição gráfica e sem transformar capacidade destrutiva em medida de superioridade cultural.

Princípio editorial: Conectar histórias não significa procurar uma causa única. Uma mercadoria podia unir continentes e, ao mesmo tempo, depender de decisões locais diferentes em minas, aldeias, portos, cortes e mercados.

Sumário

Apresentação.....	2
Mapa dos 14 volumes da coleção.....	5
1. Evidências e escalas para uma história conectada.....	6
2. O mundo por volta de 1500: muitos centros, conexões desiguais.....	8
3. Iberia e Atlântico: rotas, ilhas e monarquias compostas.....	11
4. Conquista das Américas: alianças, epidemias e tradução política.....	13
5. Sociedades coloniais americanas: trabalho, lei, cidades e resistência.....	15
6. Portugueses no oceano Índico: fortalezas dentro de redes asiáticas.....	18
7. Império Otomano: expansão, províncias e pluralidade.....	20
8. Irã safávida: dinastia, confissão e redes persianizadas.....	22
9. Império Mogol: conquista, receita e cultura de corte.....	24
10. Ming, Qing, Japão e mares da Ásia oriental.....	26
11. Rússia e fronteiras eurasiáticas.....	28
12. Poderes africanos e transformação atlântica.....	30
13. Escravização e tráfico atlântico: sistemas, pessoas e resistências.....	32
14. Europa: confessionalização, guerra e formação fiscal.....	34
15. Companhias privilegiadas e intercâmbios ecológicos.....	37
16. Comparação final: um mundo integrado sem centro único.....	39
Apêndice A. Cronologia analítica.....	41
Apêndice B. Quadros de coexistência.....	46
Apêndice C. Matrizes comparativas.....	49
Apêndice D. Glossário essencial.....	52
Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades.....	55
Bibliografia comentada.....	59
Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios.....	64
Roteiro de estudo em oito semanas.....	67

Mapa dos 14 volumes da coleção

A coleção principal percorre mais de quatro milênios de história imperial. Os recortes abaixo são pontos de observação comparativa: processos atravessam as fronteiras entre volumes e, quando necessário, os livros se sobrepõem deliberadamente.

Volume	Recorte	Função no percurso da coleção
1	Fundamentos	Como surgem, funcionam e se transformam: método comparativo, poder, administração, economia, legitimidade, resistência e transformação.
2	c. 2350-539 a.C.	Primeiros impérios da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante.
3	c. 559-30 a.C.	Da Pérsia aos reinos helenísticos: Aquemênidas, Alexandre, sucessores e conexões mediterrânicas e asiáticas.
4	c. 30 a.C.-300 d.C.	Roma, Pártia, Han e Cuchana: impérios conectados entre Mediterrâneo, Irã, Índia e China.
5	c. 224-650	Roma tardia, Sassânidas, Guptas e confederações das estepes: transformação da ordem antiga.
6	c. 600-1000	Califados, Bizâncio, Tang e novas formações imperiais: universalidades, fragmentação e redes.
7	c. 1000-1300	Song, sultanatos, cruzadas e expansão mongol: muitos centros e conexões afro-eurasiáticas, com comparação americana.
8	c. 1300-1500	Da fragmentação mongol às novas potências: epidemias, redes globais e recomposição política.
9	c. 1500-1700	Conexões oceânicas e impérios da primeira modernidade: conquista, comércio, trabalho forçado e resistência.
10	c. 1700-1850	Impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações: reformas, emancipações e transformação do trabalho.
11	c. 1850-1914	Industrialização, nacionalismos e imperialismo de alta intensidade: conquistas, migrações e resistências.
12	c. 1914-1945	Guerras mundiais, revoluções e crise dos impérios: fascismos, colonialismos e autodeterminação.
13	c. 1945-1991	Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos: superpotências, revoluções e soberanias incompletas.
14	c. 1991-2026	Globalização, ordem unipolar e impérios em rede: intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades.

Nota de periodização: os limites entre volumes não são “paredes” cronológicas. Sobreposições preservam continuidade quando uma transformação pertence simultaneamente ao encerramento de uma ordem e à formação de outra.

1. Evidências e escalas para uma história conectada

1.1 O problema da primeira modernidade

Entre 1500 e 1700, circulações antigas ganharam novas direções. O Atlântico tornou-se corredor regular entre Europa, África e Américas; o cabo da Boa Esperança passou a integrar rotas europeias ao oceano Índico; a travessia anual entre Manila e Acapulco conectou prata americana, mercadorias asiáticas e finanças imperiais. Ainda assim, conexão não equivale a integração completa. A maior parte das pessoas continuava a viver em circuitos regionais, e muitos governos conheciam outras regiões apenas por intermediários.

A expressão primeira modernidade pode destacar crescimento comercial, burocracias fiscais, armas de pólvora, imprensa, expansão religiosa e novas formas de conhecimento. Ela se torna problemática quando apresenta experiências europeias como padrão universal. Na China Ming, no Japão Tokugawa, no império Mogol, no mundo otomano ou no reino do Kongo, mudanças relevantes obedeciam a cronologias próprias. O uso responsável do termo compara processos sem presumir que todos conduziam ao Estado-nação ou ao capitalismo industrial.

Uma história global não substitui histórias regionais. Ela muda a pergunta: em vez de procurar uma narrativa total, segue relações entre escalas. Uma queda na produção de prata de Potosí podia afetar receitas castelhanas, crédito genovês, compras de tecidos e mercados chineses; cada conexão, porém, era mediada por impostos, custos de transporte, decisões políticas e consumo local.

1.2 Arquivos imperiais e registros de interesse

Monarquias ibéricas deixaram cédulas, cartas, processos, mapas, registros notariais, contas e consultas de conselhos. Administrações otomanas produziram cadastros fiscais, ordens, decisões judiciais e correspondência. Cronistas safávidas e mogóis narraram reinados e cerimônias; o Ain-i Akbari descreveu instituições, receitas e territórios do governo de Akbar. Ming e Qing preservaram anais, memoriais, gazetteers locais e compilações administrativas.

Esses conjuntos permitem comparações, mas foram criados por instituições que desejavam governar. Um cadastro registra categorias úteis à tributação; um processo judicial registra conflito que chegou ao tribunal; uma crônica de corte organiza acontecimentos para defender uma dinastia. O silêncio sobre uma prática não prova sua inexistência. Arquivos são evidências de capacidades e prioridades, não janelas transparentes para toda a sociedade.

Companhias comerciais produziram diários de bordo, atas, livros de contas, contratos e correspondência. Sua densidade documental pode gerar uma ilusão: sabemos muito sobre suas operações porque registravam transações, não porque controlavam tudo. Mercadores locais, mulheres que administravam propriedades, carregadores, pilotos e pequenos produtores aparecem de maneira desigual. Ler contra o arquivo exige identificar o vocabulário imposto e procurar rastros de negociação.

1.3 Conquista escrita por vencedores e aliados

Cartas de conquistadores procuravam recompensas, títulos e justificativas. Hernán Cortés escreveu ao monarca para legitimar ações que nem sempre obedeciam a instruções anteriores. Cronistas posteriores selecionaram memórias e rumores. O Códice Florentino, produzido por Bernardino de Sahagún com autores e artistas nahuas, registra conhecimentos indígenas e versões da conquista, mas também surgiu num ambiente colonial e missionário décadas depois dos acontecimentos.

Nos Andes, Guaman Poma de Ayala combinou texto e centenas de desenhos numa crítica da ordem colonial dirigida ao rei espanhol. Garcilaso de la Vega, filho de uma mulher inca e de um conquistador espanhol, escreveu na Europa articulando memória andina e gêneros humanistas. Testamentos, títulos de terra, visitas administrativas e processos em línguas indígenas mostram comunidades usando instituições coloniais para defender direitos, embora dentro de relações assimétricas.

O método adequado é triangular narrativas europeias, indígenas e materiais. Arqueologia urbana, padrões de assentamento, restos botânicos, objetos, caminhos, igrejas, templos e mudanças de paisagem revelam o que textos omitiram. Nenhuma fonte representa sozinha um povo inteiro.

1.4 Navios, objetos e bancos de dados

Arqueologia marítima documenta cascos, cargas e portos. Moedas, cerâmicas, têxteis, marfim, porcelana e contas de vidro permitem rastrear circulação; sua presença não prova domínio político. Uma porcelana chinesa na África oriental pode ter passado por várias mãos. Um real de prata espanhol na Ásia podia ser pesado, recunhado ou aceito conforme confiança local.

Bancos de dados modernos reúnem registros dispersos. SlaveVoyages permite analisar viagens do tráfico atlântico, portos, bandeiras e estimativas de pessoas embarcadas e desembarcadas. Seus números são resultados de pesquisa cumulativa, não contagens completas. Viagens sem documentação, mudanças de rota e categorias imprecisas exigem intervalos e revisão constante.

Sistemas de informação geográfica ajudam a visualizar distâncias, ventos, rios e cronologias. Mapas devem distinguir presença costeira, tributação, aliança e administração. Colorir uma região inteira como posse de uma cor europeia em 1600 pode apagar a diferença entre uma fortaleza, um tratado e um governo efetivo do interior.

1.5 Ambiente, epidemias e inferência

Pólen, sedimentos, anéis de árvores, testemunhos de gelo, genética de patógenos e bioarqueologia ampliaram o estudo do clima e da doença. Nas Américas, epidemias após 1492 contribuíram decisivamente para perdas populacionais, mas não agiram isoladamente: deslocamento, fome, guerra, trabalho compulsório e ruptura social alteraram exposição e recuperação. Patógenos não conquistam territórios por vontade própria.

Na Afro-Eurásia, a chamada Pequena Idade do Gelo reuniu tendências e episódios regionais, não um termostato global uniforme. Secas e frios podiam pressionar colheitas; instituições de abastecimento, mercados, guerra e desigualdade definiam quem absorvia o choque. Explicar rebelião ou queda dinástica apenas pelo clima transforma correlação em destino.

As estimativas populacionais são modelos. Registros fiscais subcontam grupos, fronteiras mudam e unidades domésticas não correspondem diretamente a pessoas. O texto privilegia ordens de grandeza e tendências, evitando precisão artificial.

1.6 Comparar mecanismos

Este volume compara seis mecanismos: receita, trabalho, mobilidade, delegação, legitimação e informação. O imposto podia ser pago em moeda, produtos ou serviço. O trabalho compulsório podia assumir mita, corveia, escravização, recrutamento ou obrigações comunitárias. Delegar poder a nobres, chefes, zamindares, senhores, caciques ou companhias diminuía custos do centro, mas aumentava autonomia de intermediários.

Comparar não significa medir civilizações numa escala única. Perguntas úteis são: quem definia obrigações; como o governo recebia informação; que grupos podiam apelar; quais recursos viajavam; quais fronteiras eram negociadas; e que memória legitimava a ordem. A mesma palavra, como tributo, pode ocultar mecanismos diferentes.

Tipo de evidência	O que pode mostrar	Risco de leitura	Verificação recomendada
Cadastros e contas	Receita, categorias, rotas, prioridades	Confundir registro fiscal com população real	Comparar séries, arqueologia e documentos locais
Crônicas e cartas	Eventos, argumentos, ideais políticos	Tomar autopromoção por descrição neutra	Identificar autor, público, gênero e rivais
Objetos e paisagens	Produção, circulação, dieta, trabalho	Inferir domínio a partir de presença material	Contextualizar depósito, data e cadeia de circulação
Banco de dados	Tendências agregadas e comparação	Esquecer lacunas e decisões de modelagem	Ler metodologia, cobertura e revisões
Tradição comunitária	Memória, identidade e conhecimento local	Fixar como relato imutável	Respeitar contexto, variantes e outras evidências

Mito versus evidência: Mito: uma fonte escrita próxima do acontecimento é automaticamente verdadeira. Evidência: proximidade ajuda, mas interesse, gênero, tradução e posição social continuam decisivos; fontes contemporâneas também discordam.

Leituras-base do capítulo: Sanjay Subrahmanyam, *Explorations in Connected History*; Sebastian Conrad, *What Is Global History?*; John H. Elliott, *Empires of the Atlantic World*; Serge Gruzinski, *As quatro partes do mundo*; Lauren Benton, *A Search for Sovereignty*; Kim N. Richter e colaboradores, *Digital Florentine Codex*.

2. O mundo por volta de 1500: muitos centros, conexões desiguais

2.1 Um instantâneo policêntrico

Por volta de 1500, o império Otomano controlava Constantinopla, grande parte dos Bálcãs e da Anatólia; logo avançaria sobre territórios mamelucos. A dinastia safávida ainda estava em formação no Irã. No norte da Índia, o sultanato de Delhi sob os Lodi coexistia com Gujarat, Bengala, Vijayanagara e outros poderes. Babur procurava uma base estável na Ásia Central e no Afeganistão. A China Ming governava uma população enorme por uma burocracia civil e redes locais; Joseon dominava a península coreana; o Japão era dividido entre autoridades guerreiras.

Na África, Songhai ampliava seu alcance no vale do Níger. Cidades hauçás, Bornu, Benin, Kongo, Etiópia, Adal, estados suaílis e poderes do planalto zimbabuano pertenciam a sistemas diferentes. Nenhum deles esperava passivamente a ação europeia. Na Europa, as coroas ibéricas avançavam no Atlântico, mas França, Inglaterra, reinos escandinavos, Polônia-Lituânia, Moscúvia, repúblicas e principados italianos, os Habsburgo e muitas autoridades do Sacro Império compunham um mosaico.

Nas Américas, a Tríplice Aliança dirigida por Tenochtitlán recebia tributos de muitas comunidades, ao lado de rivais como Tlaxcala, estados tarascos e cidades maias. Tawantinsuyu, o domínio inca, articulava Andes extensos por estradas, depósitos, trabalho rotativo e alianças. Caribe, Amazônia, América do Norte e extremos austrais abrigavam sociedades com escalas políticas e ecologias diversas.

2.2 Oceanos anteriores aos europeus

O oceano Índico possuía circuitos antigos conectados por monções. Marinheiros e mercadores atravessavam trechos entre mar Vermelho, golfo Pérsico, Índia, Sudeste Asiático e China. Gujarat e costa do Malabar produziam ou redistribuíam tecidos e especiarias; cidades suailis ligavam o litoral africano ao interior; Malaca controlava um estreito decisivo e acolhia comunidades cosmopolitas.

O mar da China e o arquipélago do Sudeste Asiático reuniam juncos chineses, comerciantes do Ryukyu, japoneses, malaio, javanês e outros agentes. Restrições oficiais Ming ao comércio marítimo nunca eliminaram trocas; alteraram legalidade, portos e oportunidades para contrabando. Portugueses entrariam nessa ecologia sem substituir seus participantes.

No Atlântico, navegadores africanos, europeus e insulares conheciam águas costeiras e arquipélagos. A expansão portuguesa pelas ilhas atlânticas e costa africana criou precedentes de fortaleza, feitoria, plantação e trabalho escravizado. Depois de 1492, o oceano tornou-se espaço regular de colonização intercontinental, processo qualitativamente distinto das viagens ocasionais anteriores.

2.3 Riqueza, moeda e fiscalidade

As economias mais populosas situavam-se na Ásia. Agricultura intensiva, mercados urbanos e produção de tecidos sustentavam receitas na China, Índia e territórios otomanos. A Europa não era uma unidade economicamente superior. Suas monarquias buscavam metais, crédito e acesso a mercadorias; banqueiros e redes mercantis italianas, alemãs, ibéricas e dos Países Baixos financiavam guerras e comércio.

Moedas coexistiam com pagamentos em espécie, trabalho e crédito. Prata já era valorizada na China Ming e ganharia importância fiscal ao longo do século XVI. A chegada crescente de prata japonesa e americana facilitou trocas, mas seus efeitos sobre preços e mercados variaram. O metal não criava demanda sozinho: políticas tributárias e convenções comerciais importavam.

Governos raramente arrecadavam tudo diretamente. Arrendatários de impostos, nobres, corporações, templos, aldeias e chefes locais serviam de intermediários. A aparente centralização de uma corte escondia longas cadeias de delegação.

2.4 Religião e pluralidade

O cristianismo latino era politicamente influente na Europa e nas expansões ibéricas, mas seria fragmentado pela Reforma. Cristianismos ortodoxos, coptas, etíopes, armênios e outras tradições possuíam instituições próprias. O islã sunita predominava no império Otomano e em muitas formações; os safávidas promoveriam o xiismo duodecimano como identidade dinástica e territorial.

Budismos, confucionismos, tradições daoístas, xintoístas, hindus, jainistas, sikhs em formação e inúmeros cultos locais organizavam comunidades na Ásia. Nas Américas e na África, sistemas rituais conectavam ancestrais, paisagens, autoridade e cura. Conversão não significava substituição instantânea: traduções, apropriações e práticas combinadas eram frequentes.

Missões cristãs dependiam de proteção política, intérpretes e instituições locais. Governantes podiam acolher missionários por diplomacia ou conhecimento técnico sem aceitar toda sua teologia. Comunidades convertidas redefiniam doutrinas segundo problemas próprios.

2.5 Armas, cavalos e logística

Armas de pólvora espalharam-se por ambientes diferentes. Canhões ajudavam cercos e navios; armas portáteis exigiam treinamento, munição e abastecimento. Otomanos, safávidas, mogóis, Ming, japoneses e estados europeus adotaram e adaptaram tecnologias. A categoria impérios da pólvora é útil para notar capacidade militar, porém insuficiente para explicar fiscalidade, alianças e legitimidade.

Cavalos continuaram fundamentais em estepes, planícies, savanas e impérios. Nas Américas, sua introdução alteraria mobilidade e guerra de modos graduais e regionais. Navios europeus levavam artilharia, mas dependiam de portos, água, madeira, pilotos e mercadorias asiáticas para permanecer longe de suas bases.

Vitórias resultavam de combinação entre informação, surpresa, divisão de adversários, doença, logística e política. Tecnologia isolada não explica a queda de Tenochtitlán, a conquista do Peru ou a expansão de qualquer dinastia.

2.6 Limites da comparação em 1500

Um mapa de 1500 oferece apenas simultaneidade. Processos estavam em estágios distintos: safávidas e mogóis se formariam nas décadas seguintes; Qing apenas no século XVII; impérios americanos sofreriam invasões; Songhai seria derrotado em 1591; companhias privilegiadas surgiriam em 1600 e 1602. Não se deve usar o resultado de 1700 como destino já contido em 1500.

Coexistência ajuda a desmontar uma linha do tempo exclusiva. Quando Colombo navegou no Caribe, o reinado de Askia Muhammad começava no Songhai; o império Ming continuava; o domínio inca enfrentaria crise sucessória décadas depois. Histórias que parecem separadas compartilham o mesmo mundo, ainda que não tenham contato direto.

Região c. 1500	Formações selecionadas	Conexões principais	Transformação até 1700
Américas	Mexicas, Incas, maias, Taino, muitos povos regionais	Redes terrestres, fluviais e costeiras próprias	Conquista colonial desigual, persistência e recomposição indígena
África	Songhai, Kongo, Benin, Etiópia, Bornu, cidades suaílis	Saara, Nilo, mar Vermelho, Índico e Atlântico	Novas dinastias e intensificação do tráfico atlântico
Oeste da Eurásia	Otomanos, Mamelucos, Habsburgo, Moscóvia e reinos europeus	Mediterrâneo, Báltico, estepes e Atlântico	Expansões fiscais, conflitos confessionais e impérios ultramarinos
Sul e centro da Ásia	Delhi Lodi, Gujarat, Vijayanagara, uzbeques e timúridas	Caravanas e oceano Índico	Safávidas e mogóis consolidam grandes domínios
Leste e Sudeste Asiático	Ming, Joseon, Japão dividido, Malaca e estados regionais	Mares da China, estreitos e rotas terrestres	Transição Ming-Qing, Tokugawa e comércio europeu limitado

Mito versus evidência: Mito: em 1500 a Europa já dominava o mundo. Evidência: potências europeias possuíam vantagens marítimas específicas, mas os maiores centros demográficos, produtivos e fiscais estavam na Ásia; na África e nas Américas, o poder permanecia em mãos locais.

Leituras-base do capítulo: John Darwin, *After Tamerlane*; Merry E. Wiesner-Hanks, *A Concise History of the World*; Victor Lieberman, *Strange Parallels*; Geoffrey Parker, *Global Crisis*; Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence*; Charles C. Mann, 1493, lido em conjunto com estudos regionais.

3. Iberia e Atlântico: rotas, ilhas e monarquias compostas

3.1 Experimentos atlânticos

Antes da conquista continental americana, portugueses e castelhanos criaram experiências nas ilhas atlânticas. Madeira, Açores, Canárias, Cabo Verde e São Tomé serviram como pontos de navegação, colonização e produção. Plantios de açúcar exigiram capital, terra, conhecimento agrônomo, engenhos e trabalho coercivo. Nenhuma ilha ofereceu um modelo único, mas o conjunto criou repertórios depois adaptados no Brasil e Caribe.

As coroas concediam direitos a capitães, donatários, colonos e comerciantes. Isso reduzia custos iniciais, porém produzia disputas sobre jurisdição. Feitorias concentravam comércio sem implicar domínio territorial amplo. Fortes na costa africana dependiam de relações com autoridades e fornecedores locais; comerciantes portugueses não podiam simplesmente ordenar os mercados do interior.

Navegação exigia cartografia, instrumentos, leitura de ventos, experiência acumulada e circulação de conhecimento mediterrâneo, atlântico, africano e islâmico. A narrativa de gênios isolados apaga pilotos, marinheiros, intérpretes e comunidades portuárias.

3.2 Coroas, contratos e autoridade

Portugal e os reinos da monarquia hispânica não eram Estados-nação centralizados no sentido moderno. Tinham leis, assembleias, moedas, privilégios e instituições territoriais diversas. A união dinástica de Castela e Aragão não eliminou diferenças; a Monarquia Hispânica governaria domínios europeus, americanos e asiáticos por conselhos, vice-reis, tribunais e negociação com corpos locais.

Tratados como Tordesilhas expressavam pretensão diplomática entre coroas cristãs, não repartição reconhecida por povos não consultados nem controle efetivo de oceanos. Bulas papais e capitulações ofereciam linguagem jurídica europeia. Autoridade real no ultramar crescia depois de fatos iniciados por expedições privadas ou semiprivadas, e frequentemente tentava disciplinar conquistadores.

O rei distribuía mercês, ofícios e monopólios; em troca, esperava serviço e receita. Distância tornava informação lenta. Governadores e capitães interpretavam ordens segundo circunstâncias, enquanto peticionários usavam a própria burocracia para disputar honras.

3.3 Costa africana e diplomacia

O comércio português na África combinou ouro, marfim, pimenta, tecidos e pessoas escravizadas. Seus termos variavam. Em regiões de autoridade forte, estrangeiros negociavam impostos e acesso. Em outras, criavam alianças com intermediários. A fortaleza de São Jorge da Mina, fundada em 1482, era ponto importante, não capital de uma colônia territorial ampla.

O reino do Kongo estabeleceu relações diplomáticas e religiosas intensas com Portugal. Nzinga a Nkuwu foi batizado como João I; seu sucessor Afonso I promoveu instituições cristãs e escreveu à coroa portuguesa. A correspondência revela apropriação ativa do cristianismo e preocupação com comerciantes e capturas que ameaçavam a ordem do reino. O Kongo não era simples cliente, embora a relação se tornasse cada vez mais desigual.

Na Etiópia, contatos portugueses foram moldados pelo conflito com Adal e pelo mar Vermelho. Auxílio militar e diplomacia religiosa não produziram submissão automática a Roma. O cristianismo etíope possuía longa tradição e instituições próprias; tentativas posteriores de impor práticas católicas encontraram resistência.

3.4 Brasil: ocupação gradual

A chegada portuguesa à costa do atual Brasil em 1500 não iniciou controle imediato do território. Nas primeiras décadas, extração e troca de pau-brasil dependeram de alianças e trabalho indígenas. Franceses e outros europeus também comerciavam. Povos tupis e não tupis perseguiam objetivos próprios, incorporando estrangeiros a conflitos regionais.

Capitanias hereditárias a partir da década de 1530 delegaram colonização e defesa. Resultados foram desiguais. Governador-geral, câmaras municipais, ordens religiosas, sesmarias e engenhos formaram camadas de autoridade. A produção açucareira no Nordeste ampliou expropriação de terras, escravização indígena e, progressivamente, importação forçada de africanos.

Missões ou aldeamentos reuniam conversão, trabalho, proteção parcial e disciplina colonial. Comunidades indígenas podiam usar missões contra escravizadores rivais, mas enfrentavam relocação e controle. Bandeiras e guerras de captura avançaram sobre o interior em ritmos regionais. Quilombos e fugas mostram que a ordem escravista nunca foi aceita sem contestação.

3.5 União Ibérica e concorrência

Entre 1580 e 1640, Portugal e seus domínios ficaram sob os Habsburgo espanhóis, preservando muitas instituições próprias. A união ampliou conexões e também expôs territórios portugueses aos inimigos da Monarquia Hispânica. Neerlandeses atacaram posições no Atlântico, Brasil, África e Ásia. A Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais ocupou partes do Nordeste brasileiro e Luanda por períodos limitados.

Concorrência não foi disputa exclusiva entre Estados europeus. Governos e comerciantes africanos, indígenas e asiáticos alteraram alianças. Na restauração portuguesa de 1640 e na expulsão dos neerlandeses do Brasil, colonos, tropas locais, indígenas e afrodescendentes tiveram papéis diversos, embora recompensas fossem distribuídas de modo desigual.

O Atlântico do século XVII tornou-se multipolar: portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e neerlandeses fundaram colônias; contrabandistas atravessaram monopólios; corsários serviram governos e interesses privados. Impérios declaravam exclusividade maior do que conseguiam fiscalizar.

3.6 Monarquia, capital e trabalho

Expansão exigia capital. Coroas emprestavam de banqueiros, vendiam ofícios e antecipavam receitas. Comerciantes financiavam navios e engenhos; seguradores distribuíam riscos; contratos como o asiento autorizavam fornecimento de pessoas escravizadas às possessões espanholas. Dívida não significava ausência de poder: era um mecanismo político que conectava credores a governos.

O trabalho era o núcleo material. Marinheiros, soldados, agricultores, artesãos, carregadores, intérpretes, indígenas submetidos, africanos escravizados e trabalhadores livres sustentavam os circuitos. A história dos impérios não pode ser reduzida a decisões de reis ou exploradores.

Dispositivo	Função declarada	Funcionamento real	Límite recorrente
Capitania ou concessão	Financiar ocupação e defesa	Delegava terras, justiça e recrutamento	Falta de recursos e conflitos de jurisdição
Feitoria e fortaleza	Concentrar troca e proteger agentes	Dependia de fornecedores, intérpretes e autoridade local	Pouco controle sobre o interior
Conselho e vice-reino	Representar a monarquia a distância	Articulava normas, tribunais e patronagem	Informação lenta e negociação provincial

Dispositivo	Função declarada	Funcionamento real	Limite recorrente
Monopólio régio	Reservar comércio e receita	Criava licenças, frotas e contratos	Contrabando e exceções oficiais
Missão	Converter e reorganizar comunidades	Podia oferecer mediação e impor disciplina	Resistência, adaptação e conflito com colonos

Mito versus evidência: Mito: o Tratado de Tordesilhas dividiu efetivamente o mundo. Evidência: dividiu pretensões entre duas coroas; outros europeus o contestaram e povos da África, Ásia e Américas jamais reconheceram essa repartição.

Leituras-base do capítulo: Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor*; Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia*; A. J. R. Russell-Wood, *The Portuguese Empire*; Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*; John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World*; Tamar Herzog, *Frontiers of Possession*.

4. Conquista das Américas: alianças, epidemias e tradução política

4.1 Caribe: o primeiro laboratório colonial

As ilhas do Caribe foram o primeiro espaço de colonização castelhana duradoura nas Américas. Espanhola tornou-se base de cidades, mineração, criação de animais e novas expedições. A palavra Taino reúne comunidades relacionadas, mas não elimina diferenças políticas entre chefias, aldeias e ilhas. Europeus dependeram inicialmente de alimentos, rotas e informações indígenas; depois, guerra, apropriação de terras, trabalho compulsório e epidemias desorganizaram sociedades.

A encomienda concedia a colonos o direito de receber tributo ou trabalho de comunidades sob obrigação declarada de proteção e instrução cristã. Não era propriedade formal das pessoas, mas permitiu coerção intensa e abriu disputas sobre jurisdição. A coroa tentou regulamentá-la sem abandonar a receita e a colonização. Leis proclamadas a distância eram reinterpretadas por governadores, religiosos, encomenderos e comunidades.

Resistência assumiu formas variadas: confronto, fuga, recusa, migração, negociação e reconstrução de comunidades. A sobrevivência indígena no Caribe foi por muito tempo apagada por narrativas de extinção total. Estudos arqueológicos, linguísticos e comunitários mostram continuidade biológica e cultural, embora perdas e transformações tenham sido enormes.

4.2 México: uma coalizão contra os mexicas

A expedição de Cortés entrou num cenário de soberanias concorrentes. A Tríplice Aliança liderada por Tenochtitlán exigia tributos e serviços, mas não administrava cada cidade de forma uniforme. Totonacas, tlaxcaltecas e outros grupos possuíam razões próprias para negociar ou combater. Sem milhares de aliados indígenas, tradutores, carregadores e fornecedores, a pequena força europeia não teria sustentado a campanha.

Malintzin, também conhecida como Marina, atuou como intérprete e mediadora num sistema multilíngue. Reduzi-la a símbolo de traição ignora sua condição inicial de cativa, a inexistência de uma identidade nacional mexicana unificada e a centralidade da tradução. Intérpretes não apenas trocavam palavras: explicavam hierarquias, rituais, promessas e ameaças.

A captura de Motecuhzoma não dissolveu a ordem política. A expulsão dos invasores de Tenochtitlán em 1520 demonstrou capacidade de resistência. No cerco de 1521, coalizão indígena, embarcações construídas localmente, interrupção de abastecimento, epidemia de varíola e divisões políticas se combinaram. A vitória não foi puramente espanhola, embora a monarquia acabasse apropriando seu resultado.

4.3 Andes: crise sucessória e invasão

O Tawantinsuyu havia se expandido rapidamente no século XV. Estradas, depósitos, mit'a, administradores e autoridades locais permitiam mobilizar recursos, mas sucessões podiam produzir disputas. Quando a expedição de Francisco Pizarro chegou, a guerra entre partidários de Atahualpa e Huascar enfraquecera a unidade de comando. A captura de Atahualpa em Cajamarca em 1532 deu aos invasores um instrumento político, não controle instantâneo dos Andes.

Grupos submetidos aos incas avaliaram alianças conforme conflitos próprios. Espanhóis aproveitaram estradas e centros administrativos, distribuíram recompensas e apresentaram candidatos ao trono. Manco Inca, inicialmente instalado como governante aliado, liderou grande resistência em 1536. Vilcabamba permaneceu como centro neo-inca até 1572. Em várias regiões, comunidades adaptaram lealdades e preservaram autoridades.

Epidemias precederam ou acompanharam alguns contatos diretos, viajando por redes humanas. Seu peso foi enorme, mas a cronologia regional ainda é pesquisada. Trabalho forçado, deslocamento, guerra civil e novas exigências fiscais agravaram vulnerabilidades.

4.4 Por que algumas conquistas foram rápidas

Rapidez militar não equivale a consolidação administrativa. No México central e Andes, invasores encontraram impérios com estradas, centros de tributação e rivalidades internas. Ao capturar capitais e governantes, puderam reivindicar autoridade e aproveitar intermediários. Essa combinação não existia do mesmo modo em todos os lugares.

Armas de aço, cavalos e pólvora ofereciam vantagens situacionais e impacto psicológico inicial. Não eram invencíveis: munição acabava, cavalos exigiam alimento e terreno, e armas portáteis eram lentas. Aliados indígenas aprenderam rapidamente seus usos e limites. A superioridade tecnológica, isolada, não explica sobrevivência, abastecimento nem conhecimento do território.

Os espanhóis também dispunham de conexões atlânticas: reforços, animais, metal e notícias podiam chegar do Caribe. Povos americanos não tinham experiência imunológica com vários patógenos afro-eurasiáticos. Tecnologia e doença importaram, mas atuaram dentro de escolhas políticas.

4.5 Conquistas prolongadas e fronteiras

Partes extensas das Américas nunca foram conquistadas no século XVI. Maias de diferentes regiões resistiram por séculos; o último reino independente de Itza caiu apenas em 1697. Povos mapuches contiveram o avanço espanhol ao sul do rio Biobío e negociaram parlamentos. No norte da Nova Espanha, chichimecas obrigaram autoridades a combinar guerra, presentes, missões e assentamentos.

Florestas, desertos, montanhas e distâncias elevavam custos. Sociedades descentralizadas não ofereciam uma capital cuja tomada produzisse pretensão de continuidade. Fronteiras eram espaços de comércio, parentesco, cativeiro, missão e diplomacia. Tratados não eliminavam conflito, mas reconheciam capacidades políticas indígenas.

No Brasil, alianças luso-indígenas e franco-indígenas moldaram guerras costeiras. Confederações, migrações e epidemias alteraram o mapa. A expansão territorial portuguesa para o interior seria longa e dependente de agentes locais.

4.6 Memória, nomes e responsabilidade histórica

Conquista pode ser nomeada invasão, encontro, guerra, colonização ou aliança conforme escala e sujeito. Encontro é insuficiente quando apaga assimetria; conquista é insuficiente se sugere um evento terminado em 1521 ou 1532. O processo continuou em tribunais, paróquias, aldeias, mercados e fronteiras.

Fontes espanholas frequentemente classificaram aliados como auxiliares, reduzindo sua centralidade. Fontes indígenas coloniais podiam enfatizar serviços prestados à coroa para reivindicar privilégios. O historiador deve reconhecer esses projetos sem negar o acontecimento documentado.

Fator	México central	Andes	Limite da explicação
Alianças	Tlaxcaltecas, totonacas e outros rivais dos mexicas	Facções incas e grupos com conflitos próprios	Aliados não controlaram o resultado colonial final
Crise política	Autoridade contestada e províncias tributárias desiguais	Guerra sucessória entre Atahualpa e Huascar	Divisão não torna derrota inevitável
Epidemias	Varíola durante fase decisiva do conflito	Doenças circularam antes e depois de Cajamarca	Cronologias e impactos foram regionais
Infraestrutura	Calçadas, mercados e tributos apropriados	Estradas, depósitos e mit'a reutilizados	Sistemas foram transformados, não simplesmente copiados
Tecnologia	Cavalos, aço, embarcações e armas de pólvora	Cavalos, aço e surpresa em Cajamarca	Dependia de logística, terreno e aliados

Mito versus evidência: Mito: algumas centenas de espanhóis derrotaram sozinhas milhões de pessoas. Evidência: coalizões indígenas, crises políticas, epidemias, intérpretes, abastecimento e conexões atlânticas foram decisivos; a colonização posterior levou gerações.

Leituras-base do capítulo: Matthew Restall, *Seven Myths of the Spanish Conquest*; Camilla Townsend, *Fifth Sun*; James Lockhart, *The Nahuas After the Conquest*; Susan Schroeder e outros, *Indian Conquistadors*; Terence D'Altroy, *The Incas*; Steve J. Stern, *Peru's Indian Peoples and the Challenge of Spanish Conquest*; *Digital Florentine Codex*.

5. Sociedades coloniais americanas: trabalho, lei, cidades e resistência

5.1 Governo em camadas

Depois da conquista, a Monarquia Hispânica criou vice-reinos, audiências, dioceses, municípios e corregimientos. Nova Espanha e Peru eram extensos demais para comando direto contínuo. Vice-reis representavam o monarca; audiências julgavam e aconselhavam; cabildos defendiam interesses urbanos; autoridades indígenas governavam comunidades e cobravam tributos. Jurisdições sobrepostas eram parte do sistema.

A distinção jurídica entre república de espanhóis e república de índios pretendia organizar populações, terras e tributos. Na prática, cidades, mercados, trabalho e famílias atravessavam categorias. Termos raciais e de condição mudavam conforme local e documento. As chamadas castas não formaram um código único aplicado de modo idêntico em todo o império.

No Brasil português, governo-geral, câmaras, capitanias, senhorios, bispados e ordens religiosas também se sobrepunham. Grandes proprietários tinham poder, mas dependiam de crédito, comércio, justiça régia e trabalhadores. A coroa alternava concessão e fiscalização.

5.2 Encomienda, repartimiento, mita e tributo

A encomienda perdeu centralidade em muitas regiões, mas tributo indígena permaneceu importante. O repartimiento na Nova Espanha e a mita colonial nos Andes recrutavam trabalhadores por rodízio. A mita de Potosí mobilizou comunidades para mineração e atividades associadas; baseou-se em precedente andino, porém mudou escala, destino e coerção.

Trabalho compulsório coexistia com salário, dívida e negociação. Receber pagamento não tornava uma obrigação livre. Trabalhadores buscavam limitar tempo, escolher tarefas, vender produtos ou recorrer a autoridades. Comunidades precisavam distribuir exigências e manter agricultura local.

Nas plantações, minas, oficinas e residências, pessoas africanas escravizadas e seus descendentes foram fundamentais. Regimes variavam entre Caribe, Brasil, Nova Espanha, Peru e outras áreas. Escravidão era condição jurídica violenta, mas não anulava ação: famílias, irmandades, mercados, fugas, ações judiciais e quilombos criaram espaços de sobrevivência e contestação.

5.3 Cidades, mineração e prata

Cidade do México foi reconstruída sobre e ao redor de Tenochtitlán. Lima, fundada em 1535, tornou-se capital vice-real; Salvador e depois Rio de Janeiro articularam o Brasil português. Cuzco, Puebla, Bahia, Cartagena, Havana e muitas outras cidades combinavam funções administrativas, militares, religiosas e comerciais.

Potosí cresceu rapidamente após a descoberta de grandes depósitos de prata em 1545. A produção dependia de minério, mercúrio, água, animais, madeira, alimentos, crédito e trabalho. Huancavelica fornecia mercúrio para amalgamação. A paisagem urbana reunia elites, artesãos, comerciantes, trabalhadores forçados e livres, indígenas, africanos e europeus.

Prata viajava por Arica, Lima, Panamá, Veracruz, Sevilha e Manila; também circulava por contrabando. Parte financiava defesa e administração, parte pagava credores e importações. Reduzir Potosí a uma mina europeia ignora produtores indígenas, mercados regionais e cadeias transoceânicas.

5.4 Evangelização, tradução e apropriação

Franciscanos, dominicanos, agostinianos, jesuítas e clero secular organizaram paróquias, escolas, missões e campanhas contra práticas classificadas como idolatria. Aprenderam línguas indígenas e produziram gramáticas, catecismos e descrições. Tradução criava aproximações e distorções: conceitos cristãos eram expressos por palavras com histórias locais.

Comunidades incorporaram santos, festas e irmandades a redes de parentesco e território. Isso podia ser conversão sincera, estratégia política ou ambas. Objetos e rituais não devem ser rotulados automaticamente como sincretismo sem reconstruir quem os praticava e como os interpretava.

No Brasil, jesuítas e outras ordens disputaram indígenas com colonos que buscavam escravizá-los. Aldeamentos podiam limitar certas capturas e simultaneamente concentrar população, trabalho e disciplina. Epidemias se espalhavam com deslocamento e aglomeração.

5.5 Direito como arena desigual

Súditos indígenas enviaram petições, processaram vizinhos e colonos, apresentaram mapas e genealogias, reivindicaram terras e denunciaram abusos. Escribas e intérpretes formaram elites letradas. Testamentos mostram propriedade, família e devoção. O direito oferecia linguagem de defesa sem eliminar desigualdade de acesso, custo e decisão.

Debates entre Bartolomé de las Casas, Juan Ginés de Sepúlveda e outros sobre conquista e humanidade indígena influenciaram normas e memória. As Leis Novas de 1542 buscaram limitar encomiendas e escravidão indígena, encontrando resistência colonial. A existência de crítica interna não absolve o sistema; mostra conflito sobre os limites do domínio.

Mulheres indígenas, africanas, mestiças e europeias aparecem em transações, mercados, heranças e processos. Normas patriarcais restringiam autoridade, mas condição social, viuvez, propriedade e redes permitiam margens variadas de ação.

5.6 Rebelião, fuga e persistência

Resistência não se limita a grandes revoltas. Atrasar tributo, mudar de residência, esconder produção, desertar, litigar, reconstruir cultos ou negociar uma obrigação eram ações políticas. Grandes movimentos, como a resistência neo-inca, a guerra Mixton, conflitos mapuches e quilombos, revelam limites militares dos governos coloniais.

Palmares reuniu assentamentos de fugitivos e outros habitantes no Nordeste brasileiro ao longo do século XVII. Sua longa duração exigiu agricultura, defesa, liderança, negociação e redes. Não foi o único quilombo. Palenques no mundo hispânico e comunidades maroons no Caribe também forçaram tratados ou campanhas.

Persistência indígena não significa ausência de ruptura. Populações foram reduzidas, terras tomadas e instituições reordenadas; ao mesmo tempo, povos mantiveram línguas, identidades, territórios e memórias. História colonial é transformação sob assimetria, não simples desaparecimento.

Instituição	Obrigação central	Mediação local	Formas de contestação
Encomienda	Tributo ou trabalho a concessionário	Caciques, cabildos e oficiais régios	Petição, fuga, denúncia e regulamentação
Repartimiento	Rodízio de trabalho temporário	Autoridades comunitárias e corregidores	Negociação de cotas, ausência e processo
Mita de Potosí	Recrutamento andino para mineração	Kurakas, capitães de mita e oficiais	Substituição, pagamento, migração e litígio
Plantação escravista	Trabalho sob propriedade legal de pessoas	Feitores, senhores, comerciantes e redes locais	Fuga, negociação cotidiana, quilombo e alforria
Missão ou aldeamento	Conversão, residência e trabalho	Missionários e lideranças indígenas	Mudança, apropriação ritual, evasão e revolta

Mito versus evidência: Mito: depois da conquista, indígenas deixaram de agir politicamente. Evidência: comunidades governaram, litigaram, negociaram, rebelaram-se e reconstruíram identidades; fizeram isso dentro de instituições impostas e perdas profundas.

Leituras-base do capítulo: James Lockhart, *The Nahuas After the Conquest*; Karen Spalding, *Huarochiri*; Steve J. Stern, *Peru's Indian Peoples*; Jeremy Mumford, *Vertical Empire*; Brian Owensby, *Empire of Law and Indian Justice*; Stuart B. Schwartz, *Slaves, Peasants, and Rebels*; Alida Metcalf, *Go-betweens and the Colonization of Brazil*.

6. Portugueses no oceano Índico: fortalezas dentro de redes asiáticas

6.1 Uma entrada armada numa rede antiga

A viagem de Vasco da Gama chegou a Calicute em 1498 usando conhecimentos de navegação acumulados no Atlântico e auxílio de pilotos no oceano Índico. Os portugueses encontraram mercados sofisticados, padrões de qualidade e diplomacia que não dominavam. Seus presentes pareceram modestos diante de expectativas cortesãs; seu desejo de acesso direto às especiarias confrontou mercadores e autoridades estabelecidos.

Nos anos seguintes, frotas armadas atacaram navios e cidades, negociaram alianças e construíram fortalezas. O objetivo era inserir Portugal em circuitos de pimenta, especiarias e outros produtos, desviando parte do comércio para o cabo. A artilharia naval ofereceu vantagem em pontos específicos, mas não controlou um oceano inteiro.

O Estado da Índia era uma rede de posições, não um território contínuo. Goa, conquistada em 1510, tornou-se centro administrativo; Malaca foi tomada em 1511; Ormuz em 1515. Moçambique, Cochim, Diu e outras bases cumpriam funções distintas. A distância de Lisboa tornava governadores e capitães decisivos.

6.2 Cartaz, alfândega e violência marítima

O sistema de cartaz exigia licenças de certas embarcações e tentava direcionar rotas para portos onde se cobravam taxas. A fiscalização era seletiva. Navios de governos aliados, comerciantes capazes de negociar e rotas fora do alcance das patrulhas limitavam o monopólio. Corrupção e comércio privado de funcionários faziam parte da operação.

Fortalezas protegiam armazéns e estreitos, mas exigiam manutenção. Frotas dependiam de madeira, cordame, alimentos, marinheiros asiáticos e crédito. Muitos portugueses participaram de comércio particular entre portos asiáticos, chamado country trade, que podia ser mais importante para suas rendas que a rota oficial de Lisboa.

Conflito marítimo tinha custos e estimulava coalizões. Mamelucos, otomanos, sultanatos indianos e mercadores responderam de modos diversos. A batalha de Diu em 1509 ajudou a posição portuguesa, sem encerrar a concorrência.

6.3 Goa e sociedades luso-asiáticas

Goa abrigava administração, instituições religiosas, artesãos, comerciantes e populações de origens variadas. Casamentos e famílias luso-asiáticas criaram redes. Convertidos locais, chamados cristãos da terra em certos contextos, não formavam grupo homogêneo. A Inquisição de Goa, estabelecida em 1560, fiscalizou práticas e identidades sob critérios próprios do catolicismo imperial.

Intermediários traduziam línguas, contratos e costumes. Banianos, muçulmanos, cristãos orientais, hindus, judeus e armênios participavam de mercados regionais. Portugueses podiam ter privilégio institucional e ainda depender desses agentes.

Missionários jesuítas chegaram a cortes e comunidades. Francisco Xavier atuou em várias regiões; missões posteriores no Japão, China e Índia adaptaram vestuário, linguagem e métodos. A estratégia de acomodação gerou controvérsia dentro da Igreja.

6.4 Malaca, Macau e Nagasaki

Malaca controlava passagem decisiva entre oceano Índico e mares do Sudeste Asiático. Sua conquista deslocou o sultanato, mas não eliminou comerciantes, que redirecionaram atividades para Johor, Aceh e outros portos. Aceh tornou-se rival poderoso e buscou conexões com o mundo islâmico.

Macau foi estabelecida com autorização e negociação em território Ming a partir de meados do século XVI. Funcionou como intermediária entre China, Japão e outros mercados. Portugueses compravam seda chinesa e a trocavam por prata japonesa. O governo chinês limitava residência e cobrava taxas; Macau não era uma conquista territorial comparável a Goa.

Nagasaki tornou-se porto importante para o comércio português e para missões cristãs. A unificação japonesa alterou as condições. Governantes Tokugawa restringiram o cristianismo e expulsaram portugueses em 1639, enquanto mantiveram comércio controlado com neerlandeses e chineses. Restrição não significou isolamento completo.

6.5 Concorrência neerlandesa e inglesa

No século XVII, VOC e EIC combinaram capital acionário, cartas de privilégio, diplomacia e força. A VOC capturou Malaca em 1641 e substituiu Portugal em partes do comércio de especiarias. Ainda assim, companhias enfrentavam estados asiáticos, concorrentes europeus e comerciantes particulares.

Portugal preservou Goa, Macau, Timor e outras posições. Sua perda relativa resultou de recursos limitados, união dinástica, concorrência e mudanças regionais, não de simples obsolescência. Redes católicas e famílias luso-asiáticas continuaram após mudanças de soberania.

A comparação mostra tipos de presença: conquista de cidade, arrendamento, licença, tratado, feitoria e missão. Chamar todos de colônia apaga diferenças de autoridade.

6.6 Limites do poder europeu na Ásia

Impérios mogol, safávida, otomano, Ming e Qing controlavam vastos interiores e receitas. Europeus pediam autorização para comerciar e pagavam direitos. Mesmo a VOC, com capacidade militar relevante, concentrou coerção em rotas e ilhas selecionadas, especialmente onde especiarias de alto valor eram produzidas.

Produtos asiáticos financiavam a presença. Tecidos indianos eram trocados no Sudeste Asiático e Atlântico; prata obtinha mercadorias. A Europa não oferecia bens suficientes para equilibrar toda a demanda, por isso o metal era central.

Posição	Forma de acesso	Principal função	Limite político
Goa	Conquista e administração territorial local	Capital do Estado da Índia e porto	Dependência do interior e de comerciantes asiáticos
Malaca	Conquista de cidade e estreito	Redistribuição e fiscalização marítima	Rotas alternativas e rivalidade de Aceh e Johor
Ormuz	Pressão, acordo e fortaleza	Entrada do golfo Pérsico	Contestação safávida e apoio inglês em 1622
Macau	Permissão negociada sob autoridade Ming	Intermediação China-Japão	Taxas, restrições e soberania chinesa
Nagasaki	Comércio autorizado e missão	Seda, prata e contatos religiosos	Expulsão portuguesa e controle Tokugawa

Mito versus evidência: Mito: Portugal conquistou o oceano Índico. Evidência: construiu uma rede militar e comercial importante, mas parcial; dependia de portos, produtores, crédito e pilotos asiáticos e enfrentava governos capazes de limitar sua ação.

Leituras-base do capítulo: Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia*; K. N. Chaudhuri, *Trade and Civilisation in the Indian Ocean*; M. N. Pearson, *The Portuguese in India*; Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor*; Pius Malekandathil, *Maritime India*; Jorge Flores, *Unwanted Neighbours*.

7. Império Otomano: expansão, províncias e pluralidade

7.1 De poder regional a império intercontinental

Em 1500, os otomanos já controlavam Constantinopla e grande parte dos Bálcãs e da Anatólia. Selim I derrotou os safávidas em Chaldiran em 1514 e conquistou Síria e Egito dos mamelucos em 1516-1517. Solimão, o Magnífico, expandiu domínio na Hungria, no Mediterrâneo e no Iraque. A corte passou a governar territórios europeus, asiáticos e africanos de grande diversidade.

Expansão não foi marcha ininterrupta. Viena resistiu em 1529; Habsburgo, Veneza, Safávidas, poderes norte-africanos e comunidades de fronteira negociaram e combateram. A batalha naval de Lepanto em 1571 teve grande peso simbólico, mas a frota otomana foi reconstruída. Fronteiras mudavam por campanhas, tréguas e tributos.

O império se apresentava como herdeiro de tradições islâmicas, turco-mongóis e romanas. Constantinopla, chamada também Istanbul em usos crescentes, era capital de corte, porto e centro artesanal. O título de sultão coexistia com outras linguagens de soberania.

7.2 Casa dinástica e serviço

A casa de Osman estava no centro. Príncipes competiam pela sucessão; conflitos internos produziram práticas duras, depois substituídas gradualmente por confinamento palaciano e novas formas de disputa. Mulheres da dinastia, mães de sultões e administradores do harém exerceram patronagem, diplomacia e influência. O rótulo sultanato das mulheres pode ser útil, mas não deve sugerir anomalia em relação a uma política supostamente masculina.

O devshirme recrutava, em períodos e regiões específicos, meninos cristãos convertidos e treinados para serviço militar ou administrativo. Janízaros formavam infantaria de elite, mas mudaram ao longo do tempo e criaram interesses corporativos. Paralelamente, elites provinciais, cavalaria, estudiosos, juízes e funcionários sustentavam governo.

Mérito, patronagem e origem doméstica imperial podiam elevar agentes, sem abolir hierarquia. Redes de família e clientela eram parte do sistema, não corrupção externa a ele.

7.3 Terra, impostos e províncias

O timar concedia a cavaleiros o direito de receber receitas designadas em troca de serviço. Não equivalia a propriedade feudal simples. Cadastros registravam aldeias, produção e obrigações. Ao longo dos séculos XVI e XVII, arrendamento de impostos e pagamentos monetários cresceram, acompanhando guerra e mercados.

Províncias variavam. Egito possuía estruturas fiscais e elites próprias; estados vassalos e regiões de fronteira preservavam autonomia; governadores negociavam com notáveis. Juízes aplicavam jurisprudência islâmica e regulamentos sultânicos, enquanto comunidades resolviam questões por fóruns locais.

Fundações pias, waqf, sustentavam mesquitas, escolas, fontes, hospitais e propriedades. Eram religiosas, econômicas e urbanas. Mulheres podiam criar e administrar fundações, deixando rastros documentais de patrimônio.

7.4 Comunidades religiosas

Muçulmanos sunitas eram maioria em muitas regiões, mas cristãos ortodoxos, armênios, coptas, judeus, católicos e outras comunidades viviam no império. O termo *millet* é frequentemente usado como se descrevesse desde o início um sistema nacional uniforme; historiadores alertam que sua institucionalização mudou e se tornou mais definida em períodos posteriores.

Não muçulmanos pagavam tributos específicos e enfrentavam desigualdades jurídicas, mas também possuíam instituições comunitárias, comércio e acesso a tribunais. Conversão podia resultar de convicção, carreira, casamento, fiscalidade ou combinações. A fronteira entre tolerância e perseguição não se resume a um rótulo.

Expulsos da Península Ibérica, judeus sefarditas encontraram oportunidades em cidades otomanas como Salonica e Istanbul. Sua chegada mostra como perseguição num império podia favorecer redes em outro.

7.5 Comércio, cidades e informação

Alepo, Cairo, Damasco, Bursa, Istanbul, Salonica e portos norte-africanos conectavam caravanas e mares. Mercadores otomanos, venezianos, armênios, gregos, judeus, árabes e outros atuavam sob tratados e costumes. Capitulações concedidas a estrangeiros eram instrumentos diplomáticos; seu significado mudou ao longo do tempo.

O império participava do comércio de especiarias, tecidos, café, grãos, escravizados e muitos outros produtos. O café se difundiu de regiões árabes para cidades otomanas; cafés tornaram-se espaços de sociabilidade e vigilância. Proibições periódicas mostram conflito sobre reuniões e moral, não ausência de consumo.

Correios, caravanas, espiões, diplomatas e petições levavam informação. Moradores podiam enviar queixas ao conselho imperial, embora resultado dependesse de recursos e patronagem.

7.6 A chamada crise do século XVII

Rebeliões, inflação, guerras longas e mudanças fiscais pressionaram o império no século XVII. Antigas narrativas descreviam declínio depois de Solimão. Pesquisa recente prefere transformação: instituições adaptaram recrutamento, receita e administração. Houve perdas e crises reais, mas o império continuou capaz de mobilizar recursos.

A derrota diante de Viena em 1683 e a guerra subsequente levaram a perdas formalizadas em Karlowitz, em 1699. Esse momento alterou equilíbrio com Habsburgo e outros vizinhos, sem encerrar o poder otomano. Em 1700, o império permanecia uma das maiores formações políticas do mundo.

Mecanismo	Função	Variação histórica	Cuidado comparativo
Timar	Atribuir receita por serviço militar	Perdeu peso relativo com monetização e novas guerras	Não é cópia do feudo europeu
Devshirme	Recrutar serviço da casa imperial	Intermitente, regional e transformado no século XVII	Não resume toda administração
Waqf	Financiar obras e instituições pias	Criado por homens e mulheres de diferentes posições	Não separar economia de religião
Tribunal do qadi	Justiça, registro e mediação	Coexistia com regulamentos e fóruns comunitários	Decisão judicial não prova prática geral
Capitulação	Regular estrangeiros e comércio	Instrumento negociado cujo peso cresceu depois	Não era submissão automática à Europa

Mito versus evidência: Mito: o império Otomano entrou em declínio inevitável após 1566. Evidência: enfrentou crises e perdas, mas transformou fiscalidade, exército e elites provinciais; declínio linear não explica sua duração nem capacidade posterior.

Leituras-base do capítulo: Suraiya Faroqhi, *The Ottoman Empire and the World Around It*; Caroline Finkel, *Osman's Dream*; Donald Quataert, *The Ottoman Empire, 1700-1922*, para estruturas de longa duração; Gábor Ágoston, *Guns for the Sultan*; Leslie Peirce, *The Imperial Harem*; Baki Tezcan, *The Second Ottoman Empire*.

8. Irã safávida: dinastia, confissão e redes persianizadas

8.1 Ismail e a formação do poder

Shah Ismail I conquistou Tabriz em 1501 e proclamou a dinastia safávida. Sua base incluía seguidores qizilbash, confederações tribais turcomanas ligadas por devoção ao líder. A conquista reuniu territórios iranianos antes fragmentados, mas a autoridade inicial dependia de chefes militares com recursos próprios.

O novo governo promoveu o xiismo duodecimano como identidade oficial numa região de população majoritariamente sunita. A transformação foi gradual, coerciva em partes e dependente de estudiosos convidados de outros centros xiitas. Confissão ofereceu linguagem de unidade e distinguiu o império de otomanos sunitas e uzbeques.

A derrota para os otomanos em Chaldiran, em 1514, expôs limites militares, porém não destruiu a dinastia. Qizilbash, burocratas persianizados, estudiosos e novos contingentes de serviço continuaram a disputar posição.

8.2 Abbas I e a recentralização

Shah Abbas I, reinando de 1588 a 1629, reduziu dependência de certos chefes qizilbash, reorganizou forças armadas e ampliou o uso de ghulams, muitos de origem caucasiana. Transferiu a capital para Isfahan e patrocinou praças, palácios, mesquitas, jardins e bazares. A cidade encenava soberania e facilitava comércio.

Reformas não eliminaram facções nem autonomia provincial. A casa real redistribuiu terras e receitas; administradores e comerciantes ganharam oportunidades. Campanhas recuperaram territórios de otomanos e expulsaram portugueses de Ormuz em 1622 com cooperação naval inglesa. O episódio mostra alianças pragmáticas entre atores de religiões diferentes.

Abbas deslocou comunidades armênias de Julfa para a Nova Julfa de Isfahan. O deslocamento foi coercivo, e mercadores armênios receberam privilégios para articular comércio de seda. A mesma política combinou sofrimento, oportunidade e interesse fiscal.

8.3 Burocracia, língua e cultura de corte

Persa era língua de administração e alta cultura em extensa zona que ultrapassava o Irã. Poetas, escribas, artistas e administradores circulavam entre cortes safávidas, mogóis e centro-asiáticas. Persianização não era etnia única: era um repertório de língua, literatura, etiqueta e governo.

Crônicas como a de Iskandar Beg Munshi apresentam a dinastia por seus próprios valores. Miniaturas, tapetes, cerâmica e arquitetura revelam oficinas, patronagem e conexões. Objetos de luxo não mostram apenas gosto; dependiam de artesãos, matérias-primas e mercados.

O xá combinava imagem de soberano justo, protetor xiita e centro de lealdades. Estudiosos religiosos podiam legitimar políticas e também construir autoridade própria.

8.4 Seda, caravanas e oceanos

Seda era exportação importante. Rotas ligavam o Cáspio, Anatólia, Rússia, Índia e golfo Pérsico. Mercadores armênios alcançavam Mediterrâneo, norte europeu, Moscúvia, Índia e Sudeste Asiático. O comércio não era conduzido apenas por súditos muçulmanos nem por companhias europeias.

Europeus buscaram tratados e acesso, mas o governo safávida manipulava concorrência entre portugueses, ingleses e neerlandeses. Bandar Abbas cresceu após a queda de Ormuz. Caravançarás e segurança de rotas eram instrumentos fiscais.

Moedas e crédito circulavam por redes familiares. A corte desejava receita de exportação, mas monopólios encontravam evasão e negociação. A economia incluía agricultura, pastoreio, artesanato e mercados internos que a narrativa da seda não deve eclipsar.

8.5 Fronteiras e diversidade

O império abrangia persas, turcomanos, curdos, árabes, armênios, georgianos, circassianos e outros grupos. Fronteiras com otomanos e uzbeques eram zonas militares e comerciais. Tratados alternavam com guerra; peregrinos e mercadores atravessavam divisões confessionais.

Xiização variou regionalmente. Sunitas, cristãos, judeus, zoroastrianos e outras comunidades viveram sob regras desiguais. Conversão, migração e patronagem alteraram demografia. O Estado não tinha capacidade de homogeneizar instantaneamente práticas.

Na costa e no Cáucaso, elites locais negociavam tributo e serviço. A centralização de Abbas dependia de integrar, deslocar e equilibrar grupos.

8.6 Depois de Abbas

Sucessores preservaram uma corte rica e instituições duradouras, mas enfrentaram facções, custos de fronteira e mudanças comerciais. O império não colapsou em 1629. No fim do século XVII, sinais de pressão coexistiam com produção artística, comércio e estabilidade regional.

Explicar a queda de Isfahan em 1722 apenas por governantes fracos repete moralismo de crônicas. É necessário considerar fronteiras afegãs, receita, facções, organização militar e contingência. Como o volume termina em 1700, deve evitar projetar retrospectivamente o colapso sobre todo o século.

Elemento	Base inicial	Transformação	Efeito político
Qizilbash	Confederações devotas e militares	Poder equilibrado por novas forças e burocratas	Sustentou conquista e criou competição provincial
Xiismo duodecimano	Programa dinástico em território diverso	Instituições e estudiosos ampliam presença	Diferenciação do império e nova cultura religiosa
Ghulams	Servidores de origem sobretudo caucasiana	Crescimento sob Abbas I	Alternativa parcial às elites tribais
Isfahan	Capital reconstruída e ampliada	Praça, bazar, palácios e santuários integrados	Encenação de soberania e comércio
Nova Julfa	Comunidade armênia deslocada	Privilégios mercantis e redes globais	Receita de seda e conexão transregional

Mito versus evidência: Mito: o Irã tornou-se xiita por decreto em 1501. Evidência: a promoção safávida foi decisiva, mas a transformação exigiu gerações, instituições, migração, ensino e coerção regionalmente variável.

Leituras-base do capítulo: Andrew J. Newman, *Safavid Iran*; Roger Savory, *Iran under the Safavids*; Rudi Matthee, *Persia in Crisis* e *The Politics of Trade in Safavid Iran*; Kathryn Babayan, *Mystics, Monarchs, and Messiahs*; Sussan Babaie, *Isfahan and Its Palaces*; Rudi Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*.

9. Império Mogol: conquista, receita e cultura de corte

9.1 Babur e uma conquista instável

Babur descendia de Timur e, por sua mãe, de Chinggis Khan. Depois de perder posições na Ásia Central, estabeleceu-se em Cabul e voltou-se para o norte da Índia. Em Panipat, em 1526, derrotou Ibrahim Lodi com combinação de cavalaria, fortificação de campanha e armas de pólvora. A vitória abriu Delhi e Agra, mas não criou imediatamente um império estável.

O Baburnama registra paisagens, plantas, campanhas, afetos e julgamentos de um conquistador centro-asiático. É uma fonte excepcional e parcial. O texto mostra como Babur comparava Hindustão a sua terra de origem e como jardins podiam ordenar simbolicamente um ambiente novo. A versão persa ilustrada foi patrocinada mais tarde por Akbar, transformando memória familiar em história dinástica.

Humayun, filho de Babur, perdeu o trono para Sher Shah Suri, buscou exílio na corte safávida e recuperou Delhi em 1555. O intervalo Sur introduziu reformas administrativas e rodoviárias que os mogóis adaptariam. Continuidade institucional atravessou mudança dinástica.

9.2 Akbar e a construção imperial

Akbar reinou de 1556 a 1605. Campanhas ampliaram o domínio sobre norte e centro da Índia, Gujarat e Bengala. O governo incorporou chefes rajput por alianças, serviço e casamento, sem eliminar todos os conflitos. Uma elite de serviço diversa ligava turanis, iranís, indianos muçulmanos, rajputs e outros grupos ao imperador.

O sistema mansabdari atribuía a oficiais uma posição numerada e obrigações de manter contingentes. Jagirs concediam direito temporário a receitas, não propriedade absoluta da terra. Transferências buscavam impedir bases regionais permanentes, mas oficiais negociavam com administradores e produtores locais.

Akbar aboliu a jizya por um período, patrocinou debates religiosos e desenvolveu uma linguagem de soberania acima de comunidades específicas. Sulh-i kul, paz universal, tornou-se princípio de inclusão imperial. O chamado Din-i Ilahi foi uma pequena ética de lealdade de corte, não nova religião de massas.

9.3 Receita agrária e intermediários

A maior parte da receita vinha da agricultura. Reformas associadas a Todar Mal procuraram medir terras, classificar produção e calcular obrigações. O zabt funcionava melhor em regiões com registros e mercados monetizados; outros sistemas eram usados em outras áreas. A administração imperial não alcançava cada campo sem intermediários.

Zamindar designava posições variadas: chefes locais, detentores de direitos fiscais ou proprietários em formação. Alguns comandavam homens armados e linhagens; outros eram menores. Reduzi-los a coletores ou senhores feudais distorce a diversidade. Camponeses, aldeias e castas de serviço também negociavam obrigações.

Prata importada ajudou a monetizar receitas e mercados. Tecidos de algodão, índigo, especiarias e outros produtos ligavam o império ao oceano Índico. Prosperidade agregada podia coexistir com extração pesada e crises locais.

9.4 Jahangir, Shah Jahan e a corte

Jahangir cultivou imagem de juiz, conhecedor da natureza e patrono das artes. Suas memórias registram observação de animais, presentes e relações de corte. Nur Jahan, sua esposa, participou de patronagem, decretos e alianças familiares. Moedas e arquitetura documentam sua visibilidade política.

Sob Shah Jahan, arquitetura monumental e cerimônia acentuaram o centro imperial. O Taj Mahal, construído como mausoléu de Mumtaz Mahal, envolveu arquitetos, artesãos, materiais e tradições de várias regiões. Monumentos não são apenas símbolos abstratos: são organizações de trabalho e conhecimento.

Fatehpur Sikri, Agra, Lahore e Shahjahanabad mostram capitais e residências em movimento. O acampamento imperial também era centro de governo. A mobilidade permitia inspecionar províncias e distribuir patronagem.

9.5 Religião, tradução e conflito

O império governava maioria não muçulmana. Cortes patrocinavam juristas islâmicos, santuários sufis e tradução de textos sânscritos para o persa. O Mahabharata foi traduzido como Razmnama sob Akbar. Intelectuais jainistas, brâmanes, muçulmanos e jesuítas participaram de debates, embora as relações não fossem simétricas.

Aurangzeb, que tomou o trono após guerra sucessória em 1658, restaurou a jizya, patrocinou compilação de jurisprudência hanafita e adotou políticas diferentes das de Akbar. Não é adequado reduzi-lo a intolerância nem negar discriminação e destruição seletiva de templos. Decisões variaram por contexto político, receita, guerra e patronagem.

Sikhs, marathas, rajputs e poderes do Decão tinham projetos próprios. Conflitos religiosos podiam estar entrelaçados a soberania, tributação e controle regional.

9.6 Expansão no Decão e limites

Aurangzeb passou décadas em campanhas no Decão, anexando Bijapur e Golconda. A expansão levou o império à maior extensão, mas exigiu recursos enormes e multiplicou frentes. Guerreiros e administradores marathas usavam fortalezas, mobilidade e receitas locais para resistir e negociar.

O sistema de jagirs enfrentou pressão quando havia mais oficiais buscando receitas que áreas produtivas facilmente atribuíveis. Historiadores discutem se isso constitui crise estrutural. Em 1700, o império permanecia poderoso; a fragmentação posterior não era inevitável.

Companhias europeias ainda operavam como suplicantes comerciais. A EIC obteve licenças e manteve feitorias em Surat, Madras e Bengala. A tentativa inglesa de forçar concessões na década de 1680 fracassou e exigiu submissão e negociação. Isso revela a hierarquia do momento.

Instituição	Definição funcional	Dependência	Limite
Mansab	Grau de serviço e obrigação militar	Nomeação, salário e avaliação imperial	Números formais não equivalem sempre a efetivo real
Jagir	Direito temporário sobre receitas	Produção agrária e administradores locais	Não é propriedade plena nem sempre rende o calculado
Zamindar	Intermediário ou chefe com direitos locais variados	Linhagem, comunidade, armas e reconhecimento	Categoria reúne posições muito diferentes
Zabt	Avaliação de receita por medidas e médias	Registros, preços e capacidade provincial	Não foi aplicado uniformemente a todo o império
Sulh-i kul	Ideal de paz e inclusão sob soberania imperial	Patronagem e lealdade à corte	Não aboliu hierarquia nem conflito

Mito versus evidência: Mito: Akbar criou tolerância perfeita e Aurangzeb a destruiu por fanatismo. Evidência: ambos governaram por combinações diferentes de pragmatismo, convicção, patronagem e coerção; políticas religiosas precisam ser analisadas por contexto e região.

Leituras-base do capítulo: John F. Richards, *The Mughal Empire*; Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam, *Writing the Mughal World*; Jos Gommans, *Mughal Warfare*; Catherine Asher e Cynthia Talbot, *India Before Europe*; Ruby Lal, *Empress*; Audrey Truschke, *Culture of Encounters* e Aurangzeb; Irfan Habib, *The Agrarian System of Mughal India*.

10. Ming, Qing, Japão e mares da Ásia oriental

10.1 Ming tardio: população, mercados e prata

A dinastia Ming governava por imperador, grande burocracia civil, províncias, condados e elites locais. Exames confucianos selecionavam uma minoria de funcionários, enquanto famílias letradas, chefes comunitários e pessoal subalterno faziam o governo cotidiano. O ideal de Estado agrário coexistia com mercados dinâmicos.

No século XVI, reformas reunidas sob o nome Single Whip converteram várias obrigações em pagamentos, frequentemente denominados em prata. O processo variou regionalmente. Prata japonesa e americana entrou por comércio marítimo e Manila, ajudando a satisfazer demanda fiscal. A China não era receptora passiva: sua escala produtiva e demanda davam valor ao metal.

Jiangnan concentrava cidades, seda, algodão, edição e consumo. Livros, pinturas, porcelanas e bens cotidianos circularam amplamente. Comercialização não eliminou crises agrárias nem desigualdade.

10.2 Mar, comércio e pirataria

Restrições Ming ao comércio privado, conhecidas como haijin, foram aplicadas de forma variável. A categoria wokou, frequentemente traduzida como piratas japoneses, incluía redes mistas de chineses, japoneses e outros participantes. Contrabando e violência cresceram quando comércio legítimo era limitado e autoridades locais competiam.

Macau surgiu mediante permissão e fiscalização chinesas. Manila, fundada pelos espanhóis em 1571, conectou mercadores chineses, prata americana e produtos asiáticos. Comunidades chinesas em Manila eram indispensáveis e vulneráveis a tributação, expulsões e episódios de perseguição.

O comércio marítimo foi legalizado em partes na década de 1560. Portos e famílias mercantis prosperaram. A corte ainda tratava certas relações diplomáticas pelo vocabulário tributário, que não deve ser entendido como controle direto de todos os parceiros.

10.3 A crise Ming

No início do século XVII, custos de fronteira, facções de corte, corrupção, eventos climáticos, epidemias, rebeliões e problemas de prata pressionaram o governo. Explicações monocausais falham. A chamada Pequena Idade do Gelo pode ter agravado colheitas, mas distribuição de grãos, guerra e fiscalidade decidiram efeitos sociais.

Rebeldes liderados por Li Zicheng tomaram Pequim em 1644. O último imperador Ming morreu e o general Wu Sangui abriu passagem para forças manchus combaterem os rebeldes. A dinastia Qing, já organizada ao norte, capturou a capital e reivindicou o Mandato do Céu. Resistências Ming do Sul continuaram por décadas.

A queda não foi simples invasão estrangeira nem colapso instantâneo. Funcionários, militares e elites locais mudaram de lealdade por sobrevivência e cálculo. Continuidade administrativa ajudou os Qing a governar.

10.4 Formação Qing e governo multiétnico

Nurhaci uniu grupos jurchen e organizou os Oito Estandartes; seus sucessores adotaram o nome manchú e proclamaram Qing. Estandartes eram unidades militares, sociais e domésticas. A dinastia preservou identidades manchus e usou instituições chinesas, mongóis e tibetanas para governar públicos diferentes.

O imperador Kangxi, reinando desde 1661, consolidou poder, suprimiu a Revolta dos Três Feudatários e incorporou Taiwan em 1683 após derrotar o regime Zheng. O Tratado de Nerchinsk de 1689 com a Rússia negociou fronteira por diplomacia multilíngue. Em 1700, a expansão para a Ásia interior ainda estava em curso.

Fila de cabelo obrigatória para homens han tornou-se símbolo de submissão e provocou resistência. Ao mesmo tempo, exames, impostos e elites letradas deram continuidade à administração. Conquista e acomodação coexistiram.

10.5 Japão: unificação e Tokugawa

No Japão do século XVI, daimyo competiam durante o período Sengoku. Portugueses chegaram em 1543, e armas de fogo foram rapidamente produzidas e adaptadas localmente. Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi avançaram na unificação. Hideyoshi ordenou levantamentos de terra, separação mais rígida entre guerreiros e agricultores e invasões da Coreia em 1592 e 1597, que fracassaram diante de resistência coreana, forças Ming e problemas logísticos.

Tokugawa Ieyasu venceu Sekigahara em 1600 e recebeu o título de xogum em 1603. O bakufu controlava alianças, política externa e grandes cidades; daimyo governavam domínios. O sistema de residência alternada, formalizado depois, transformou mobilidade, estradas e despesas senhoriais.

Perseguição ao cristianismo cresceu por preocupação religiosa e política. Na década de 1630, decretos restringiram viagens e comércio. Neerlandeses e chineses continuaram em Nagasaki; Coreia, Ryukyu e Ainu conectavam outras fronteiras. Sakoku, país fechado, é rótulo posterior que exagera isolamento.

10.6 Coreia, Ryukyu e fronteiras marítimas

Joseon possuía burocracia neoconfuciana, agricultura, impressão e elites yangban. As invasões japonesas devastaram regiões e testaram o governo. O almirante Yi Sun-sin e frotas coreanas interromperam abastecimento japonês; reforços Ming foram decisivos. A guerra mostra que armas de fogo não pertenciam a um único lado.

No século XVII, Joseon submeteu-se diplomaticamente aos Qing após invasões, embora elites mantivessem memória de lealdade Ming. O reino de Ryukyu articulava comércio entre Japão, China e Sudeste Asiático; depois da invasão de Satsuma em 1609, manteve relações tributárias chinesas sob controle japonês indireto.

Povos Ainu negociavam peles, peixe e outros produtos com japoneses, resistindo a expansão de Matsumae. A revolta de Shakushain na década de 1660 revela fronteira colonial interna, não ilha homogênea.

Formação	Estrutura central	Relação marítima	Transformação 1500-1700
Ming	Imperador, burocracia e elites locais	Restrição variável, comércio e prata	Crise e queda em 1644, resistências posteriores
Qing	Casa manchú, Estandartes e administração chinesa	Controle costeiro, Taiwan e diplomacia	Consolidação de domínio multiétnico
Tokugawa	Xogunato e domínios daimyo	Comércio regulado, não isolamento total	Unificação, urbanização e ordem senhorial
Joseon	Monarquia e burocracia neoconfuciana	Relações com Ming, Qing, Japão e Ryukyu	Reconstrução após invasões e nova diplomacia

Formação	Estrutura central	Relação marítima	Transformação 1500-1700
Ryukyu e Ainu	Reinos e comunidades de fronteira distintos	Intermediação e comércio regional	Crescente pressão japonesa com autonomia desigual

Mito versus evidência: Mito: Ming e Tokugawa fecharam seus países ao mundo. Evidência: ambos regularam canais e parceiros; comércio, migração, contrabando e diplomacia continuaram sob regras seletivas.

Leituras-base do capítulo: Timothy Brook, *The Confusions of Pleasure e Vermeer's Hat*; William T. Rowe, *China's Last Empire*; Pamela Crossley, *A Translucent Mirror*; Tonio Andrade, *How Taiwan Became Chinese*; Marius Jansen, *The Making of Modern Japan*; Mary Elizabeth Berry, *Japan in Print*; Kenneth Swope, *A Dragon's Head and a Serpent's Tail*.

11. Rússia e fronteiras eurasiáticas

11.1 Moscúvia e heranças da estepe

Moscúvia expandiu-se entre principados da Rus e relações com canatos sucessores da Horda de Ouro. Ivan III consolidou território e linguagem de soberania; Ivan IV foi coroado tsar em 1547. A tomada de Kazan em 1552 e Astrakhan em 1556 levou Moscúvia ao Volga e incorporou populações muçulmanas e turcomanas.

O Estado moscovita usava serviço militar de nobres, terras condicionais e chancelerias. Autocracia não significava administração uniforme. Comunidades, mosteiros, proprietários e governadores mediavam ordens. A Igreja ortodoxa legitimava o tsar e acumulava terras.

Contato com estepes envolvia guerra, tributo, comércio e diplomacia. O canato da Crimeia permaneceu potência e aliado otomano; incursões e cativo afetaram fronteiras por séculos. A expansão russa não eliminou imediatamente poderes nômades.

11.2 Sibéria: peles, rios e yasak

Comerciantes Stroganov e forças cossacas avançaram sobre o canato de Sibir no fim do século XVI. Depois, destacamentos seguiram rios, construíram fortes e cobraram yasak, tributo frequentemente pago em peles. A demanda por zibelina ajudou a financiar expansão.

Povos siberianos possuíam línguas, economias e autoridades diversas. Alguns negociaram, outros migraram ou resistiram; intermediários locais eram essenciais. Epidemias e exigências de tributo produziram perdas. Fortes marcavam corredores, não controle denso de toda a paisagem.

Em 1639, russos alcançaram o Pacífico; nas décadas seguintes exploraram Amur e nordeste. A velocidade cartográfica ocultava fragilidade demográfica. Pequenos contingentes dependiam de rios, reféns, presentes e rivalidades locais.

11.3 Tempo das Perturbações e Romanov

A morte de Fedor I em 1598 encerrou a linha Rurik. Fome, disputa sucessória, revoltas e intervenção polonesa-lituana produziram o Tempo das Perturbações. Pretendentes conhecidos como falsos Dmitri mobilizaram diferentes coalizões. Moscou foi ocupada, e a autoridade central quase colapsou.

Em 1613, uma assembleia escolheu Mikhail Romanov. A nova dinastia reconstruiu fiscalidade e serviço, negociando com elites. A crise mostra que legitimidade dinástica, abastecimento e guerra internacional estavam conectados.

Romanov não significou estabilidade instantânea. Fronteiras ocidentais permaneceram disputadas com Polônia-Lituânia e Suécia. A incorporação de territórios ucranianos após a revolta cossaca de 1648 e o acordo de Pereiaslav abriu longa guerra e soberanias contestadas.

11.4 Servidão e trabalho

Leis aumentaram restrições à mobilidade camponesa. O código de 1649 consolidou busca de fugitivos e obrigações, marco da servidão russa. Senhores de serviço dependiam de trabalho rural para cumprir deveres militares e fiscais. A expansão do Estado e a perda de liberdade camponesa estavam relacionadas.

Servidão não era escravidão atlântica, embora ambas fossem formas severas de trabalho coercivo. Servos pertenciam a propriedades e comunidades sob direitos senhoriais; pessoas escravizadas também existiram em tradições regionais, mas categorias mudaram. Comparar requer evitar equivalência jurídica automática.

Cossacos ocupavam posição ambivalente: comunidades militares de fronteira buscavam autonomia, serviam ao tsar e lideravam rebeliões. A revolta de Stenka Razin, em 1670-1671, reuniu cossacos e outros grupos contra autoridades e proprietários.

11.5 Igreja, reforma e dissidência

O patriarca Nikon promoveu reformas litúrgicas para alinhar práticas russas a modelos gregos contemporâneos. O cisma dos Velhos Crentes revelou que alterações rituais podiam ser percebidas como ameaça à salvação e à comunidade. Repressão não eliminou dissidência.

Igreja e Estado cooperavam e competiam. Mosteiros colonizavam terras e ofereciam defesa ou crédito. O concílio de 1666-1667 condenou Nikon em aspectos políticos, mas confirmou reformas. A relação entre tsar e patriarca não era simples submissão clerical.

Missões ortodoxas acompanharam expansão, mas conversão na Sibéria foi gradual e desigual. Tributo interessava frequentemente mais que uniformidade religiosa imediata.

11.6 Pedro I no limiar de 1700

Pedro I assumiu poder efetivo no fim do século XVII e iniciou reformas militares, técnicas e culturais. A campanha de Azov e a Grande Embaixada revelaram interesse por especialistas europeus. A Grande Guerra do Norte começou em 1700, fora do núcleo cronológico, mas sinaliza reorientação báltica.

É enganoso tratar reformas como transformação de uma Rússia isolada em Estado europeu. Moscúvia já estava ligada à Europa, Cáucaso, Ásia Central e China. Pedro intensificou e redirecionou conexões, usando coerção fiscal e laboral.

O Tratado de Nerchinsk com Qing em 1689 foi resultado de negociação entre impérios. Jesuítas ajudaram na tradução para o latim; nenhuma parte era simplesmente periferia da outra.

Fronteira	Recurso ou objetivo	Agentes	Forma de autoridade
Volga	Rotas, cidades e tributo	Tsar, tártaros, comerciantes e governadores	Conquista de canatos e acomodação local
Sibéria	Peles e corredores fluviais	Cossacos, povos locais e coletores	Fortes, yasak, reféns e tratados

Fronteira	Recurso ou objetivo	Agentes	Forma de autoridade
Oeste	Território, religião e dinastia	Polônia-Lituânia, Suécia, cossacos e Moscúvia	Guerra, acordos e soberania disputada
Sul	Defesa, pastagens e acesso marítimo	Crimeia, otomanos, cossacos e russos	Linhas fortificadas, incursões e diplomacia
Amur	Tributação e fronteira asiática	Qing, russos e comunidades locais	Conflito limitado e Tratado de Nerchinsk

Mito versus evidência: Mito: a Rússia atravessou a Sibéria porque encontrou um vazio. Evidência: incorporou territórios habitados por muitos povos, usando rios, fortes, tributos, alianças e coerção; seu controle inicial era linear e frágil.

Leituras-base do capítulo: Nancy Shields Kollmann, *The Russian Empire, 1450-1801*; Michael Khodarkovsky, *Russia's Steppe Frontier*; Valerie Kivelson e Ronald Suny, *Russia's Empires*; Andreas Kappeler, *The Russian Empire*; Brian Davies, *Warfare, State and Society on the Black Sea Steppe*; Chester Dunning, *Russia's First Civil War*.

12. Poderes africanos e transformação atlântica

12.1 Songhai e a curva do Níger

No início do século XVI, Songhai era grande potência do Sahel. Askia Muhammad organizou campanhas, nomeações e relações com estudiosos e comerciantes muçulmanos. Gao, Timbuktu e Jenne ligavam agricultura do Níger, caravanas saarianas e centros de aprendizagem. Autoridade imperial variava com distância e acordos locais.

Em 1591, uma força enviada pelo sultão saadiano do Marrocos atravessou o Saara e derrotou o exército songhai em Tondibi. Armas de fogo contribuíram, mas logística, divisões e surpresa também importaram. A vitória não produziu controle marroquino fácil de todo o vale. Pashas em Timbuktu desenvolveram autonomia; estados e redes regionais se recomporam.

O caso desmonta a ideia de que armas de pólvora garantiam império estável. Atravessar o deserto e sustentar guarnições era mais difícil que vencer uma batalha.

12.2 Etiópia, Adal e o mar Vermelho

O reino cristão etíope e o sultanato de Adal disputaram território e rotas. Ahmad ibn Ibrahim al-Ghazi liderou grandes campanhas de Adal na década de 1530, apoiado por armas e contatos no mar Vermelho. Portugueses auxiliaram o lado etíope; otomanos tinham interesses regionais. O conflito foi africano e conectado a rivalidades oceânicas, não simples guerra por procuração.

Depois, movimentos Oromo alteraram paisagens políticas. Comunidades Oromo organizaram-se por instituições próprias e incorporaram ou foram incorporadas a reinos. A categoria migração deve incluir negociação, conflito, assentamento e mudança cultural.

No século XVII, o imperador Susenyos adotou catolicismo e tentou impor mudanças litúrgicas. Resistência levou sua abdicação em 1632; Fasilides restaurou a Igreja etíope e restringiu missionários. Gondar tornou-se capital e centro cortesão.

12.3 Kongo e Angola

O Kongo era reino centralizado por relações entre o manicongo, províncias e elites. A adoção do cristianismo por governantes criou uma tradição kongolesa, não mera cópia portuguesa. Afonso I patrocinou igrejas e educação e escreveu em termos cristãos para defender soberania e criticar abusos no comércio de cativos.

Ao sul, Portugal fundou Luanda em 1576 e tentou avançar em Ndongo. Governantes de Ndongo usavam o título ngola. Nzinga Mbande destacou-se como diplomata e governante no século XVII, alternando negociação, guerra, deslocamento de capital e alianças com neerlandeses. Matamba tornou-se base importante de seu poder.

A batalha de Mbvila em 1665, entre Kongo e portugueses de Angola, matou o manicongo António I e desencadeou guerra civil. Isso não encerrou imediatamente o Kongo; facções disputaram legitimidade e reconstrução. A região foi transformada por tráfico, guerra e intervenção externa.

12.4 Benin, Oyo, Akan e cidades costeiras

Benin possuía monarquia do oba, cidade monumental e tradição artística em bronze, marfim e outros materiais. Relações com portugueses incluíram pimenta, tecidos, marfim e pessoas escravizadas. Governantes regulavam acesso e, em certos períodos, limitaram comércio de cativos masculinos. Políticas mudavam conforme interesses internos.

Oyo expandiu-se na savana por cavalaria, tributos e articulação entre alaafin, conselho Oyo Mesi e chefes provinciais. Estados Akan cresceram ligados a ouro, agricultura e comércio; a ascensão de Asante ocorreu no limiar de 1700. Fante e outras formações costeiras mediavam intercâmbios.

Fortes europeus na Costa do Ouro ficavam próximos uns dos outros porque nenhum monopolizava os produtores e intermediários. Autoridades africanas cobravam rendas, definiam mercados e usavam concorrência externa, embora o tráfico ampliasse riscos de guerra e captura.

12.5 África centro-oriental e oceano Índico

Cidades suaílis mantiveram língua, islamismo e comércio apesar de ataques e ocupações portuguesas. Kilwa perdeu posição; Mombaça, Pate e outros centros negociaram ou resistiram. Omã expulsou portugueses de Mombaça em 1698, mostrando que a competição do Índico não era exclusivamente europeia.

No interior, Mutapa controlava partes das rotas de ouro e relações com comerciantes. Portugueses obtiveram prazos e concessões no vale do Zambeze, mas dependiam de autoridades e famílias locais. A palavra império deve ser usada com cautela para territórios de soberania variável.

Madagascar reuniu reinos e comunidades ligados ao Índico. O tráfico de pessoas e mercadorias conectou a ilha a África oriental, Arábia e Ásia. Nenhuma narrativa atlântica esgota as experiências africanas.

12.6 Agência sob assimetria

Agência africana não significa que o tráfico atlântico tenha sido encontro entre parceiros iguais. Demanda europeia por trabalho escravizado, navios, crédito e mercados americanos aumentou incentivos à captura e ao comércio. Em regiões específicas, governantes e comerciantes africanos participaram; outros resistiram, restringiram ou foram atacados.

Estados não representavam todos os habitantes. Uma decisão de corte podia beneficiar elites e expor aldeias. Pessoas capturadas eram agentes históricos, mas sob extrema coerção. Fugiram, organizaram revoltas, negociaram e preservaram conhecimentos, sem que isso diminua a violência estrutural.

Evitar duas imagens é essencial: a África como vítima sem política e a África como responsável indiferenciada por um sistema atlântico. A explicação deve reconstruir escalas de poder.

Formação	Base de poder	Relação externa	Transformação no período
Songhai	Níger, tributo, cavalaria e cidades	Saara, estudiosos e Marrocos	Derrota em 1591 e recomposição regional
Etiópia	Monarquia cristã e elites provinciais	Adal, Oromo, Portugal e mar Vermelho	Guerra, experiência católica e capital em Gondar
Kongo	Manicongo, províncias e cristianismo local	Portugal, Angola e Atlântico	Diplomacia, tráfico e guerra civil após 1665
Ndongo-Matamba	Linhagens, guerra e negociação	Portugal, Kongo e neerlandeses	Liderança de Nzinga e reconfiguração regional
Benin e Oyo	Oba, conselhos, tributos e comércio	Atlântico e redes interiores	Regulação seletiva e expansão de poderes regionais
Suaílis e Mutapa	Portos, ouro e intermediação	Índico, Portugal e Omã	Pressão costeira, continuidade e expulsão de Mombaça

Mito versus evidência: Mito: a presença de fortes europeus prova colonização da África antes de 1700. Evidência: a maioria dos fortes era enclave dependente de autoridades, comerciantes e produtores africanos; o domínio territorial europeu permaneceu muito limitado.

Leituras-base do capítulo: B. A. Ogot, org., *UNESCO General History of Africa, volume V*; John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World*; John K. Thornton, *Afonso I Mvemba a Nzinga e estudos sobre Kongo*; Linda Heywood, *Njinga of Angola*; B. A. Ogot, org., *General History of Africa, volume V*; G. S. P. Freeman-Grenville, *The East African Coast*.

13. Escravização e tráfico atlântico: sistemas, pessoas e resistências

13.1 De formas antigas a um sistema atlântico

Escravidão existia em muitas sociedades antes de 1500, com condições jurídicas diversas. O tráfico atlântico criou algo novo por escala, duração, racialização crescente, travessia oceânica e integração a plantações e minas americanas. Não surgiu completo em um ano: expandiu-se de precedentes ibéricos e africanos, contratos e mercados coloniais.

No século XVI, ilhas atlânticas, Brasil e América espanhola receberam africanos escravizados. No século XVII, açúcar brasileiro e caribenho ampliou demanda; neerlandeses, ingleses e franceses passaram a participar mais. Portugal e comerciantes luso-brasileiros conservaram papel central nas rotas do Atlântico Sul.

O termo comércio triangular simplifica. Alguns navios fizeram circuitos triangulares, mas muitas viagens ligavam dois ou vários portos. O Atlântico Sul entre Brasil e África centro-ocidental tinha dinâmica própria; capitais europeus, americanos e africanos se cruzavam.

13.2 Captura, costa e negociação

Europeus raramente entravam profundamente no interior antes de 1700. Compravam cativos em portos e feiras por meio de comerciantes e autoridades africanas. Cativo podia resultar de guerra, condenação, dívida manipulada, sequestro ou ataque. As proporções variavam por região e período.

Armas de fogo eram parte das trocas, mas a fórmula armas por escravos não explica tudo. Tecidos, metais, contas, bebidas e moedas também circulavam. Armas podiam intensificar conflitos em certos contextos; em outros, oferta e manutenção limitavam seu impacto.

Estados tentavam regular exportações e proteger grupos definidos como súditos, sem necessariamente rejeitar escravidão. Fronteiras de pertencimento podiam ser redesenhadas para tornar outros capturáveis. A demanda atlântica transformou incentivos políticos.

13.3 Travessia, demografia e banco de dados

Registros de viagens documentam navios, bandeiras, portos, número estimado de pessoas embarcadas e desembarcadas. A travessia do Atlântico foi uma experiência de coerção extrema, doença e mortalidade. O tratamento analítico deve preservar humanidade sem converter sofrimento em espetáculo.

SlaveVoyages estima milhões de embarques ao longo de mais de três séculos; para 1500-1700, a escala cresceu fortemente, sobretudo no século XVII. Números são revisados quando novas fontes aparecem. Pessoas chegadas não podem ser reduzidas a cargas: tinham nomes, línguas, idades, profissões, famílias e histórias que o arquivo frequentemente apagou.

Distribuição por regiões africanas mudou. África centro-ocidental foi central para Brasil e América espanhola; Alta Guiné, Costa do Ouro, golfo do Benin e outras áreas participaram em ritmos distintos. A categoria africano não substitui identidades locais.

13.4 Plantação, mineração e cidade

Açúcar combinava terra, engenho, crédito, conhecimento técnico e trabalho intensivo. Fazendas brasileiras e caribenhas eram unidades produtivas e comunidades hierárquicas. Trabalho escravizado também sustentava pecuária, cultivo de alimentos, transporte, ofícios e serviço doméstico.

Em cidades, africanos e afrodescendentes trabalhavam como artesãos, vendedores, marinheiros, carregadores e servidores. Alguns obtinham alforria, possuíam bens ou integravam irmandades. Mobilidade social limitada não tornava o sistema benigno; mostrava variação dentro de uma ordem de propriedade humana.

Mineração na América espanhola e, a partir do fim do século XVII, no Brasil, usou combinações de trabalho indígena, africano escravizado e livre. Regimes não devem ser uniformizados.

13.5 Resistência e criação cultural

Resistência começava antes da travessia e continuava em navios, portos e Américas. Fugas individuais, formação de quilombos e palenques, revoltas, negociação de tarefas, preservação de parentesco e compra de liberdade foram estratégias distintas. Nenhuma garantia resultado.

Palmares durou grande parte do século XVII e reuniu vários mocambos. Zumbi tornou-se símbolo, mas a comunidade teve diversos líderes e negociações. No Caribe, maroons forçaram potências coloniais a campanhas e, posteriormente, tratados. Comunidades fugitivas podiam relacionar-se com indígenas e colonos por comércio ou conflito.

Religiões, música, alimentação, técnicas agrícolas, cura e língua foram recriadas no Atlântico. Cultura não viajou intacta nem nasceu sem passado. Pessoas de origens diferentes construíram novas formas sob pressão, lembrando linhagens e adaptando conhecimentos.

13.6 Racialização e legados

No início, estatutos distinguiam religião, condição e origem de maneiras instáveis. Ao longo do período, colônias criaram associações mais rígidas entre ascendência africana e escravização hereditária. Leis inglesas do século XVII, normas ibéricas e práticas locais seguiram caminhos distintos, mas convergiram em hierarquias racializadas.

Cristãos podiam ser escravizados; batismo não garantia liberdade. Teólogos e juristas discutiam títulos de cativo, raramente desmontando o sistema. Petições e irmandades mostravam que pessoas escravizadas dominavam linguagens cristãs e jurídicas para reivindicar humanidade e direitos.

Os legados incluem riqueza acumulada, desigualdade, racismo e diásporas. Estudar conexões econômicas sem centralizar pessoas transforma violência em abstração; estudar apenas sofrimento sem instituições dificulta explicar como o sistema se reproduziu.

Escala	Pergunta	Evidência	Cuidado
Viagem	Quem financiou, embarcou e chegou?	Diários, contas, listas e SlaveVoyages	Registros incompletos e pessoas sem nome
Região africana	Como captura e comércio alteraram política?	Crônicas, tradições, arqueologia e preços	Não atribuir uma experiência a toda África
Unidade produtiva	Como trabalho e disciplina eram organizados?	Inventários, contas, processos e objetos	Propriedade não elimina negociação nem coerção
Comunidade	Como famílias e culturas foram refeitas?	Batismos, irmandades, testamentos e memória	Arquivo colonial filtra vozes
Longa duração	Como escravidão se racializou?	Leis, jurisprudência e práticas	Evitar projetar categorias do século XIX sobre 1500

Mito versus evidência: Mito: participação de alguns governantes africanos torna europeus e africanos igualmente responsáveis. Evidência: responsabilidades devem ser localizadas; demanda atlântica, transporte, crédito e plantações coloniais produziram uma estrutura assimétrica, enquanto decisões africanas variaram entre participação, regulação e resistência.

Leituras-base do capítulo: David Eltis e David Richardson, *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*; *SlaveVoyages*; John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World*; Linda Heywood e John Thornton, *Central Africans, Atlantic Creoles*; Roquinaldo Ferreira, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*; Stuart B. Schwartz, *Slaves, Peasants, and Rebels*; Marisa de Carvalho Soares, *Devotos da cor*.

14. Europa: confessionalização, guerra e formação fiscal

14.1 Reforma e fragmentação cristã

As críticas de Martinho Lutero a indulgências e autoridade eclesiástica, publicadas a partir de 1517, desencadearam controvérsia que se combinou com imprensa, proteção principesca e demandas locais. Reformas luteranas, calvinistas, radicais e anglicanas não formaram um bloco. A Igreja católica respondeu por concílios, novas ordens, disciplina clerical, educação e tribunais.

Confessionalização descreve a colaboração e disputa entre autoridades religiosas e políticas para definir crença e comportamento. O conceito ajuda a comparar catecismos, escolas, registros e disciplina, mas pode exagerar controle. Pessoas negociavam, ocultavam práticas, migravam ou combinavam identidades.

A Paz de Augsburg de 1555 regulamentou luteranismo e catolicismo em partes do Sacro Império, sem incluir todos os grupos. O princípio resumido como a religião do governante não produziu homogeneidade perfeita. Minorias e jurisdições sobrepostas continuaram.

14.2 Habsburgo e monarquias compostas

Carlos V reuniu heranças ibéricas, neerlandesas, italianas, centro-europeias e americanas. Seus territórios não formavam administração única. Cortes, conselhos, cidades e nobres preservavam privilégios. Governar significava viajar, escrever, negociar impostos e distribuir cargos.

Depois da abdicação de Carlos, ramos espanhol e austríaco dos Habsburgo cooperaram e divergiram. Filipe II governou a Monarquia Hispânica de Madrid e do Escorial por conselhos territoriais. A anexação dinástica de Portugal em 1580 criou uma monarquia ainda mais extensa, preservando leis portuguesas.

Revolta nos Países Baixos combinou religião, tributação, privilégios urbanos e guerra internacional. Províncias do norte formaram a República Holandesa; sul permaneceu habsburgo. A independência não foi resultado automático do comércio, mas de décadas de conflito e finanças.

14.3 França, Inglaterra e ilhas britânicas

Na França, guerras religiosas entre católicos e protestantes envolveram facções nobres, cidades e potências estrangeiras. O Édito de Nantes de 1598 ofereceu tolerância limitada aos huguenotes; sua revogação em 1685 provocou migração e perda de redes especializadas. A monarquia Bourbon ampliou intendentess, exército e imagem régia, mas dependia de privilégios e venda de ofícios.

Na Inglaterra, a ruptura de Henrique VIII com Roma colocou a Igreja sob a coroa. Mudanças sob Eduardo VI, Maria I e Elizabeth I mostram que confissão oficial era vulnerável à sucessão. A monarquia Stuart uniu coroas inglesa e escocesa em 1603 sem criar Estado unitário imediato.

Conflitos entre rei e Parlamento, religião, tributação e exército levaram às guerras civis da década de 1640. República, Protetorado, Restauração e Revolução de 1688 redefiniram relações entre coroa, Parlamento, crédito e confissão. Irlanda e Escócia não foram periferias passivas; sofreram e moldaram esses conflitos.

14.4 Guerra dos Trinta Anos

O conflito iniciado na Boêmia em 1618 expandiu-se por rivalidades dentro do Sacro Império e intervenções dinásticas. Religião era importante, mas França católica apoiou adversários protestantes dos Habsburgo, demonstrando lógica geopolítica. Exércitos dependiam de contratadores, contribuições locais e crédito.

Populações civis enfrentaram deslocamento, requisições, fome e epidemias, com intensidade regionalmente desigual. Estimativas de perda populacional variam; não se deve aplicar um número uniforme a todo o centro europeu. A capacidade de sustentar tropas transformou governos e mercados.

Os tratados de Vestfália em 1648 encerraram partes do conflito e reconheceram mudanças políticas. Não inventaram subitamente o Estado soberano moderno. Império, cidades, principados e direitos sobrepostos continuaram.

14.5 Estado fiscal-militar e crédito

Guerras maiores exigiam impostos, dívida e administração. Governos arrendavam tributos, vendiam ofícios e negociavam com assembleias. A República Holandesa e, depois de 1688, a Inglaterra desenvolveram mercados de dívida pública capazes de mobilizar crédito a custos favoráveis. França e Espanha usavam outros arranjos e também possuíam capacidade relevante.

Falências da monarquia espanhola eram reestruturações de dívida, não desaparecimento do Estado. Prata americana garantia parte do crédito, mas guerra absorvia receita. Banqueiros genoveses, alemães, portugueses, judeus e neerlandeses ocupavam nichos em diferentes momentos.

A expressão absolutismo descreve pretensões de soberania e propaganda, especialmente associadas a Luís XIV. Na prática, reis dependiam de tribunais, nobres, corporações, províncias e financiadores. Centralização era processo negociado.

14.6 Europa e expansão ultramarina

Companhias e colônias estavam ligadas a guerras europeias. Neerlandeses atacaram impérios ibéricos durante a revolta; Inglaterra e França usaram cartas e frotas para disputar comércio. Portos como Amsterdam e Londres reuniam finanças, construção naval e informação.

O ultramar também transformou consumo: açúcar, tabaco, café, chá e tecidos ganharam mercados. Esses bens ligavam hábitos cotidianos a trabalho coercivo e comércio asiático. Crescimento europeu do século XVII foi desigual e não apagou crises agrárias.

Em 1700, Estados europeus haviam aumentado capacidade oceânica e fiscal. Isso criaria vantagens posteriores, mas não equivalia a domínio global já concluído.

Processo	Instituições	Resultado observado	Interpretação cautelosa
Reforma	Igrejas, príncipes, cidades e imprensa	Pluralização e disciplina confessional	Não foi apenas debate teológico
Monarquia composta	Conselhos, cortes e privilégios	Governo de territórios diversos	Unidade dinástica não elimina leis locais
Guerra prolongada	Exército, contratadores, imposto e crédito	Maior pressão fiscal e negociação	Capacidade não cresce de modo linear
Dívida pública	Assembleias, credores e receitas	Financiamento continuado de guerra	Crédito depende de confiança política
Absolutismo	Corte, intendentes e imagem régia	Pretensão ampliada de comando	Mediações sociais continuam decisivas

Mito versus evidência: Mito: Vestfália criou em 1648 o sistema moderno de Estados soberanos. Evidência: os tratados resolveram conflitos específicos; impérios, jurisdições sobrepostas e direitos corporativos continuaram centrais.

Leituras-base do capítulo: Geoffrey Parker, *Europe in Crisis e Global Crisis*; Heinz Schilling, *Early Modern European Civilization*; John H. Elliott, *A Europe of Composite Monarchies e Imperial Spain*; Peter Wilson, *Europe's Tragedy*; Philip T. Hoffman, *Why Did Europe Conquer the World?*, lido criticamente; Jan Glete, *War and the State in Early Modern Europe*.

15. Companhias privilegiadas e intercâmbios ecológicos

15.1 Empresas com poderes públicos

A English East India Company recebeu carta em 1600; a Verenigde Oostindische Compagnie, VOC, foi criada em 1602. Acionistas investiam capital, diretores definiam estratégias e câmaras regionais equipavam navios. As cartas permitiam negociar tratados, manter fortalezas, cunhar moeda ou fazer guerra em zonas definidas. A fronteira entre empresa e Estado era deliberadamente porosa.

A VOC possuía capital mais permanente e uma organização capaz de manter frotas na Ásia. O Heeren XVII coordenava decisões, mas agentes em Batávia e outros postos tinham autonomia. A EIC começou menor e dependente de licenças asiáticas. Ambas combinavam monopólio oficial e comércio privado tolerado ou clandestino.

Companhias não foram precursoras inevitáveis de corporações modernas. Eram produtos de guerra, privilégio e soberania delegada. Seus investidores buscavam lucro, e seus agentes exerciam poder político sobre comunidades.

15.2 Batávia, especiarias e coerção

A VOC fundou Batávia em 1619 sobre Jayakarta e construiu rede de portos. Nas ilhas Banda, procurou monopolizar noz-moscada por tratados e violência. A análise precisa reconhecer coerção sem tratar comunidades locais como obstáculo abstrato ao comércio. Produtores tinham redes e interesses anteriores.

O monopólio exigia destruir ou controlar árvores fora de áreas autorizadas, patrulhar mares e negociar com governantes. Mesmo assim, contrabando persistia. A companhia precisava de arroz, madeira, trabalhadores e soldados de várias partes da Ásia.

Neerlandeses expulsaram portugueses de Ceilão com alianças locais, mas a relação com o reino de Kandy tornou-se conflituosa. Substituir um europeu por outro não significava domínio tranquilo do interior.

15.3 EIC no império Mogol

Mercadores ingleses estabeleceram-se em Surat após diplomacia e conflito com portugueses. Embaixadas pediram firmans mogóis. Feitorias em Madras e, no fim do século, em Bengala cresceram por concessões de governantes regionais. A companhia exportava tecidos indianos, salitre e outros produtos.

Na década de 1680, a EIC tentou usar força contra o governo mogol na chamada Guerra de Child. A resposta de Aurangzeb mostrou superioridade regional; a companhia pediu perdão e pagou compensação. O episódio impede projetar o poder britânico do século XVIII sobre 1700.

Trabalhadores têxteis, corretores, banqueiros e mercadores indianos definiam prazos, crédito e qualidade. Companhias eram compradoras dentro de economias complexas.

15.4 Companhias atlânticas

Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, Royal African Company e companhias francesas receberam monopólios para comércio, colonização e tráfico de pessoas escravizadas. Fortes, navios e plantações conectaram investimento europeu à coerção atlântica. Resultados empresariais podiam ser frágeis mesmo quando impactos humanos eram enormes.

Companhias competiam com comerciantes particulares e contrabandistas. Coroas alteravam cartas, resgatavam monopólios ou abriam comércio. Colônias frequentemente demandavam autonomia mercantil enquanto pediam proteção naval.

No Brasil, companhias portuguesas de comércio buscaram organizar frotas e crédito. Comerciantes sediados na Bahia, Rio de Janeiro, Lisboa, Luanda e outros portos criavam circuitos que não cabiam inteiramente em monopólios.

15.5 Intercâmbio colombiano

Após 1492, plantas, animais, patógenos e pessoas atravessaram oceanos em escala inédita. Milho, mandioca, batata, batata-doce, tomate, cacau e outros cultivos americanos foram incorporados em dietas de diferentes regiões. Cavalos, bovinos, suínos, trigo, cana e plantas afro-eurasiáticas transformaram paisagens americanas.

Resultados foram regionais. Mandioca tornou-se importante em partes da África por adaptação a solos e estratégias agrícolas; milho entrou em sistemas existentes; batata ajudou populações europeias e asiáticas em períodos posteriores. Introdução não equivale a adoção imediata.

Animais soltos e pastagens expandiram-se sobre terras indígenas em certas regiões. Espécies invasoras e novas doenças alteraram ecologias. Povos locais aprenderam, selecionaram e reorientaram espécies; não foram recipientes passivos.

15.6 Prata, preços e uma economia mundial

Prata de Potosí, México e Japão conectou mercados. A rota Manila-Acapulco transportava prata para comprar seda, porcelana e outros bens. Parte da prata americana chegava à China por Europa e oceano Índico. Historiadores debatem quando falar em economia mundial plenamente integrada.

Uma visão monetária deve incluir trabalho e política. Metal era extraído por sistemas coercivos, cunhado sob autoridades, transportado por navios e aceito conforme normas locais. Inflação europeia do século XVI teve várias causas, incluindo crescimento populacional e oferta monetária.

Conexão não produziu convergência. Algumas regiões exportavam produtos com alto valor; outras forneciam trabalho forçado. Custos ambientais e humanos eram distribuídos de modo desigual.

Rede	Agente organizador	Mercadoria ou fluxo	Dependência oculta
VOC na Ásia	Companhia privilegiada e governos locais	Especiarias, têxteis e prata	Produtores, soldados e abastecimento asiáticos
EIC no Mogol	Companhia sob firmans e concessões	Tecidos, salitre e metais	Banqueiros, corretores e autoridade mogol
Manila-Acapulco	Monarquia Hispânica e mercadores	Prata americana e bens asiáticos	Marinheiros, chineses de Manila e produtores locais
Atlântico açucareiro	Senhores, comerciantes e Estados	Açúcar, crédito e pessoas escravizadas	Terra expropriada e trabalho coercivo
Intercâmbio biológico	Migrantes, impérios e ecologias	Plantas, animais e patógenos	Seleção local e consequências imprevistas

Mito versus evidência: Mito: companhias europeias venceram porque eram empresas privadas mais eficientes. Evidência: possuíam privilégios públicos, armas e monopólios; dependiam de crédito estatal, autoridade asiática, produtores locais e coerção.

Leituras-base do capítulo: Philip J. Stern, *The Company-State*; Julia Adams, *The Familial State*; Femme Gaastra, *The Dutch East India Company*; K. N. Chaudhuri, *The English East India Company*; Om Prakash, *European Commercial Enterprise in Pre-Colonial India*; Alfred W. Crosby, *The Columbian Exchange*; Dennis O. Flynn e Arturo Giráldez, estudos sobre prata e Manila.

16. Comparação final: um mundo integrado sem centro único

16.1 O que mudou entre 1500 e 1700

Em 1500, contatos entre Atlântico e outros oceanos eram recentes e descontínuos. Em 1700, frotas regulares, impérios coloniais e companhias ligavam portos americanos, africanos, europeus e asiáticos. Prata, açúcar, têxteis, especiarias, livros, plantas e pessoas circulavam em escalas ampliadas. Informação continuava lenta, mas agentes podiam planejar com base em travessias recorrentes.

A integração foi desigual. Povos indígenas das Américas enfrentaram invasão, epidemias e reorganização colonial. O tráfico atlântico levou milhões de africanos à escravidão ao longo da era moderna e cresceu fortemente no século XVII. Consumidores europeus e asiáticos se beneficiaram de bens cujos custos recaíam sobre trabalhadores e ambientes distantes.

Grandes impérios terrestres também cresceram. Otomanos, safávidas, mogóis, Qing e Rússia integraram regiões extensas por guerra, receita e negociação. Não eram margens de uma história marítima europeia.

16.2 Cinco formas de expansão

Conquista territorial direta ocorreu em México central, Andes, partes do Brasil, impérios islâmicos, Rússia e China Qing. Enclaves marítimos caracterizaram muitas posições portuguesas e companhias. Soberania delegada apareceu em vice-reinos, capitanias, jagirs, timars, fazendas fiscais e companhias. Aliança dinástica integrou nobres e casas governantes. Missão procurou reordenar crença, educação e residência.

As formas podiam coexistir. Uma fortaleza costeira dependia de tratado; uma província conquistada mantinha chefe local; uma companhia negociava como embaixadora e atacava como força militar. O poder imperial era modular.

Nenhum governo controlava tudo o que reivindicava. As distâncias criavam autonomia; a falta de informação gerava aproximações; intermediários transformavam ordens. O mapa ideal do soberano e a prática local nunca coincidiam completamente.

16.3 Receita e trabalho

Agricultura sustentava a maioria dos governos. Mogóis e otomanos atribuíam receitas a servidores; Ming e Qing dependiam de impostos mediados por condados e elites; monarquias europeias negociavam com assembleias e arrendatários; colônias americanas tributavam comunidades e produtos.

Trabalho compulsório assumiu formas diversas. Mita, repartimiento, servidão, corveia, recrutamento militar e escravidão não são sinônimos. A escravidão atlântica distinguiu-se pela propriedade hereditária e racialização crescente. Comparar mecanismos permite reconhecer tanto diferenças jurídicas quanto a dependência ampla da coerção.

Monetização não eliminou trabalho forçado. Prata podia pagar salários e tributos enquanto era extraída por obrigação. Mercados e coerção não eram opostos simples.

16.4 Religião e soberania

Safávidas promoveram xiismo; otomanos patronaram sunismo e governaram pluralidade; mogóis variaram políticas de inclusão; Qing falaram a públicos confucianos, manchus, mongóis e tibetanos; monarquias europeias disciplinaram confissões; impérios ibéricos vincularam missão e colonização.

Religião oferecia legitimidade, escrita, escolas e instituições de assistência. Também permitia crítica e comunidade. Convertidos reinterpretabam doutrinas; minorias negociavam proteção; perseguidos migravam. Uniformidade proclamada raramente equivalia a prática uniforme.

Missão podia acompanhar conquista, mas não era apenas máscara. Missionários possuíam convicções, rivalizavam com colonos e produziram conhecimento; ao mesmo tempo, participaram de projetos de disciplina e destruição de práticas locais.

16.5 Por que a Europa ainda não dominava

Estados europeus possuíam frotas oceânicas, artilharia naval, finanças e colônias crescentes. Nas Américas, sua expansão foi profunda, ainda que fronteiras indígenas persistissem. No Atlântico, controlavam transporte transoceânico e mercados coloniais. Essas eram mudanças estruturais.

Na Ásia, porém, companhias e portugueses dependiam de licença e produtores. A China Qing, o império Mogol e o império Otomano tinham receitas e populações que superavam as de muitos Estados europeus. Na África, europeus dominavam poucos territórios costeiros. Superioridade global não estava estabelecida.

As vantagens posteriores emergiriam de combinação entre competição estatal, crédito, impérios atlânticos, escravização, recursos coloniais, ciência, energia e crises de impérios asiáticos. Nenhuma causa única deve ser projetada para trás.

16.6 Um método para estudar coexistência

Primeiro, localizar formações no mesmo intervalo. Segundo, comparar mecanismos e não títulos. Terceiro, identificar intermediários. Quarto, seguir uma mercadoria sem abandonar trabalhadores. Quinto, distinguir reivindicação de controle. Sexto, registrar o grau de segurança da evidência.

Esse método evita uma fila de impérios que se substituem. Em 1650, Qing consolidava a China, o império Mogol expandia-se, otomanos governavam três continentes, Nzinga liderava Matamba, Tokugawa regulava o Japão, a Rússia avançava na Sibéria e colônias atlânticas ampliavam escravização. Coexistência é a estrutura, não uma exceção.

Formação c. 1700	Escala dominante	Receita	Intermediários	Limite central
Monarquias ibéricas	Oceânica e territorial	Impostos, prata e comércio	Vice-reis, câmaras, caciques e contratadores	Distância, contrabando e fronteiras
Otomano	Territorial intercontinental	Terra, impostos e alfândegas	Governadores, notáveis, qadis e fazendeiros fiscais	Guerra longa e autonomia provincial
Safávida	Territorial e caravanista	Agricultura, seda e taxas	Qizilbash, ghulams, burocratas e armênios	Fronteiras e equilíbrio de facções
Mogol	Territorial agrário	Receita da terra e alfândegas	Mansabdars, zamindares e banqueiros	Custos do Decão e disputa por jagirs
Qing	Territorial multiétnico	Imposto agrário, monopólios e comércio	Banners, burocratas e elites locais	Resistência e fronteiras interiores
Tokugawa	Arquipélago e domínios	Tributo em arroz, taxas e serviços	Daimyo, aldeias e comerciantes	Autonomia senhorial e fronteiras

Formação c. 1700	Escala dominante	Receita	Intermediários	Limite central
Rússia	Territorial de fronteira	Impostos, serviço e peles	Nobres, cossacos e coletores de yasak	Baixa densidade e distâncias
Companhias	Marítima e enclave	Monopólio, alfândega e comércio	Diretores, agentes e corretores locais	Dependência de Estados e produtores

Conclusão: A primeira modernidade conectou continentes sem criar uma autoridade mundial. O poder cresceu por camadas: cada centro dependia de pessoas capazes de traduzir, produzir, transportar, cobrar e negociar. Essa dependência era fonte de expansão e limite permanente.

Leituras-base do capítulo: Jane Burbank e Frederick Cooper, *Empires in World History*; John Darwin, *After Tamerlane*; Victor Lieberman, *Strange Parallels*; Lauren Benton e Lisa Ford, *Rage for Order*; Sanjay Subrahmanyam, *Explorations in Connected History*; Kenneth Pomeranz e Steven Topik, *The World That Trade Created*.

Apêndice A. Cronologia analítica

A.1 Como ler a cronologia

As datas abaixo selecionam mudanças comparáveis, não todos os acontecimentos importantes. Uma batalha marca apenas parte de um processo; uma lei não garante aplicação imediata; uma fundação urbana pode apoiar-se em assentamentos anteriores. As colunas explicam por que cada data ajuda a compreender conexões e coexistências.

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1492	Caribe e Iberia	Primeira viagem colombina chega ao Caribe	Início de travessias coloniais regulares entre Europa e Américas
1494	Atlântico	Tratado de Tordesilhas	Divide pretensões ibéricas, não soberania reconhecida globalmente
1498	Oceano Índico	Vasco da Gama chega a Calicute	Entrada portuguesa armada numa rede marítima antiga
1500	Atlântico Sul	Frota de Cabral alcança costa do Brasil	Contato seguido por ocupação portuguesa gradual
1501	Irã	Ismail I toma Tabriz	Formação safávida e promoção do xiismo duodecimano
1502	África e Atlântico	Primeiros africanos escravizados documentados na América espanhola	Expansão inicial de um sistema atlântico em construção
1509	Oceano Índico	Batalha de Diu	Fortalece posição naval portuguesa sem controlar todo o oceano
1510	Índia	Portugueses conquistam Goa	Criação de capital territorial do Estado da Índia
1511	Sudeste Asiático	Conquista portuguesa de Malaca	Desloca rotas e estimula rivais como Aceh e Johor
1514	Anatolia e Irã	Batalha de Chaldiran	Limita Safávidas e redefine fronteira otomano-iraniana

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1516-1517	Oriente Médio	Otomanos conquistam Síria e Egito mamelucos	Integra centros árabes e rotas do mar Vermelho ao império
1517	Europa	Lutero publica críticas às indulgências	Símbolo inicial de reformas religiosas plurais
1519	México	Expedição de Cortés entra no interior	Coalizões indígenas tornam-se decisivas
1521	México	Queda de Tenochtitlán	Vitória de coalizão seguida por longa construção colonial
1522	Global	Expedição iniciada por Magalhães completa circum-navegação	Demonstra conexão oceânica, com custo e apoio multinacional
1524	Índia	Babur inicia nova campanha a partir de Cabul	Prepara conquista mogol do norte indiano
1526	Índia	Primeira batalha de Panipat	Babur derrota Lodi; início dinástico ainda instável
1529	Europa central	Primeiro cerco otomano de Viena	Limite de expansão e guerra de fronteira prolongada
1532	Andes	Captura de Atahualpa em Cajamarca	Crise sucessória e surpresa favorecem invasores
1534	Inglaterra	Ato de Supremacia	Coroa rompe institucionalmente com Roma
1535	América espanhola	Vice-Reino da Nova Espanha é formalizado	Consolidação gradual de governo territorial
1536	Andes	Grande resistência de Manco Inca	Demonstra que captura da corte não encerrou guerra
1542	América espanhola	Leis Novas e criação do Vice-Reino do Peru	Reforma régia encontra resistência colonial
1543	Japão	Armas de fogo portuguesas chegam a Tanegashima	Tecnologia é rapidamente adaptada e produzida localmente
1545	Andes	Exploração de prata em Potosí se expande	Novo centro de trabalho, receita e circulação mundial
1550-1551	Espanha	Debate de Valladolid	Disputa sobre conquista e humanidade indígena dentro do império
1555	Sacro Império	Paz de Augsburg	Acomodação confessional parcial e territorial
1556	Índia	Akbar inicia reinado	Construção institucional do império Mogol
1560	Goa	Inquisição de Goa é estabelecida	Fiscalização religiosa em sociedade luso-asiática plural
1565	Índia do sul	Vijayanagara é derrotada em Talikota	Reconfiguração regional; continuidade de estruturas e sucessores
1568	Países Baixos	Revolta contra Habsburgo se amplia	Religião, privilégios e tributação convergem
1571	Mediterrâneo e Manila	Lepanto; fundação espanhola de Manila	Guerra mediterrânea e conexão transpácifica no mesmo ano
1572	Andes	Queda de Vilcabamba	Fim do último centro neo-inca independente, não da resistência andina

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1576	África centro-ocidental	Fundação portuguesa de Luanda	Base para expansão em Angola dependente de conflito e alianças
1580	Impérios ibéricos	Filipe II assume coroa portuguesa	União dinástica preserva instituições e amplia frentes de guerra
1582	Global católico	Reforma do calendário gregoriano	Mostra pluralidade de calendários e autoridade confessional
1588	Atlântico e Irã	Derrota da Armada; início do reinado de Abbas I	Limites marítimos hispânicos e recentralização safávida
1591	Sahel	Exército saadiano derrota Songhai em Tondibi	Armas ajudam vitória, logística impede controle simples
1592-1598	Coreia	Invasões japonesas	Resistência Joseon, marinha coreana e auxílio Ming frustram conquista
1598	França	Édito de Nantes	Tolerância limitada após guerras religiosas
1600	Inglaterra e Japão	EIC é fundada; Sekigahara	Companhia privilegiada e unificação japonesa coexistem
1602	Países Baixos	VOC é criada	Capital permanente e poderes soberanos delegados
1603	Japão	Tokugawa Ieyasu torna-se xogum	Início de ordem política entre bakufu e domínios
1607	América do Norte	Jamestown é fundado	Colonização inglesa permanece frágil e dependente de povos locais
1609	Ryukyu	Satsuma invade o reino	Soberania dupla e intermediação regional
1613	Rússia	Mikhail Romanov é escolhido tsar	Reconstrução após o Tempo das Perturbações
1618	Europa central	Começa a Guerra dos Trinta Anos	Conflito confessional, dinástico e fiscal interligado
1619	Java	VOC funda Batávia	Centro de companhia-Estado sobre assentamento conquistado
1620	Atlântico Norte	Plymouth é fundada	Colonização inglesa cresce por novas migrações e alianças
1622	Golfo Pérsico	Safávidas e ingleses tomam Ormuz	Cooperação pragmática encerra posição portuguesa central
1624-1654	Brasil	Ocupações neerlandesas no Nordeste	Guerra atlântica conecta Europa, África e açúcar
1632	Etiópia	Fasilides sucede Susenyos	Restauração da Igreja etíope e restrição missionária
1637-1638	Japão	Rebelião de Shimabara e repressão	Reforça controle político e perseguição cristã
1639	Japão	Portugueses são expulsos	Comércio externo é seletivamente reorganizado, não encerrado
1640	Portugal	Restauração da dinastia Bragança	Ruptura da União Ibérica e guerra de reconhecimento
1641	Malaca e Angola	VOC toma Malaca; neerlandeses ocupam Luanda	Ataque coordenado a redes portuguesas em dois oceanos
1642-1651	Ilhas britânicas	Guerras civis e revoluções	Relações entre coroa, parlamentos, exército e confissão são refeitas

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1644	China	Pequim cai; Qing entram na capital	Transição dinástica por rebelião, conquista e colaboração
1648	Europa	Tratados de Vestfália	Encerram partes da guerra; não criam sozinhos o Estado moderno
1648	Europa oriental	Revolta de Khmelnytsky	Reordena relações entre cossacos, Polônia-Lituânia e Moscóvia
1652	África austral	VOC instala posto no Cabo	Estação marítima inicia expansão colonial regional gradual
1658	Índia	Aurangzeb vence guerra sucessória	Nova orientação de corte e expansão posterior no Decão
1660	Inglaterra	Restauração Stuart	Monarquia retorna sob novo equilíbrio político
1661	China Qing	Kangxi inicia reinado	Consolidação Qing e expansão multiétnica
1665	Kongo-Angola	Batalha de Mbwila	Morte do manicongo e guerra civil; Kongo não desaparece
1667	Atlântico	Tratado de Breda	Trocas territoriais formalizam Nova Amsterdã inglesa e Suriname neerlandês
1670-1671	Rússia	Revolta de Stenka Razin	Cossacos e camponeses desafiam servidão e poder central
1675-1676	América do Norte	Guerra do Rei Philip	Colonização e soberania indígena entram em conflito devastador
1683	Europa central e China costeira	Cerco de Viena; Qing incorporam Taiwan	Dois impérios consolidam fronteiras em direções diferentes
1685	França	Revogação do Édito de Nantes	Migração huguenote redistribui pessoas e competências
1688-1689	Inglaterra	Revolução Gloriosa e Bill of Rights	Nova relação entre monarquia, Parlamento e crédito
1689	Eurásia e América do Norte	Nerchinsk; início da Guerra do Rei William	Diplomacia Qing-Rússia e guerra imperial atlântica coexistem
1697	Petén	Queda do reino Itza	Conquista maia prolonga-se quase dois séculos após Cortés
1698	África oriental	Omã toma Mombaça dos portugueses	Potência do Índico reverte domínio europeu local
1699	Europa oriental	Tratado de Karlowitz	Otomanos cedem territórios significativos aos Habsburgo e aliados
1700	Comparação	Qing, Mogol, Otomano, Safávida, Tokugawa, Rússia e impérios atlânticos coexistem	Integração mundial cresce sem soberano ou centro único

A.2 Temporalidades que não cabem numa data

Epidemias aparecem em ondas; fronteiras coloniais avançam e recuam; reformas fiscais levam anos para alcançar condados; conversões podem ser individuais e depois institucionalizadas. Use a cronologia para formular perguntas, não como substituta de explicação. Sempre acrescentar três camadas: processo anterior, acontecimento e efeitos não previstos.

Exercício: Escolha um ano com fatos em três regiões, como 1571, 1600, 1644 ou 1683. Escreva um parágrafo sobre coexistência sem afirmar contato direto onde ele não está demonstrado.

Apêndice B. Quadros de coexistência

B.1 Instantâneo de 1500

Espaço	Formações	Base de receita	Conexões	Tensão principal
Américas	Mexicas, Incas, maias e muitos poderes regionais	Tributo, trabalho, agricultura e mercados	Redes americanas sem ligação atlântica regular anterior	Rivalidades, sucessão e expansão
África	Songhai, Kongo, Benin, Etiópia, Bornu e cidades suailis	Agricultura, tributo, ouro e comércio	Saara, Nilo, Índico e Atlântico costeiro	Fronteiras e concorrência comercial
Europa e Mediterrâneo	Otomanos, Habsburgo, França, Inglaterra e muitos principados	Terra, alfândegas, impostos e crédito	Mediterrâneo, Báltico e Atlântico	Dinastia, Itália e religião
Sul e oeste da Ásia	Delhi Lodi, Gujarat, Vijayanagara, Mamelucos e Safávidas emergentes	Agricultura, portos e caravanas	Índico e rotas terrestres	Formação dinástica e controle de rotas
Leste asiático	Ming, Joseon, Japão fragmentado e Malaca	Impostos agrários e comércio	Mares da China e Sudeste Asiático	Mar, fronteira norte e guerras internas

B.2 Instantâneo de 1550

Espaço	Formações	Mudança desde 1500	Coexistência decisiva	O que evitar
Américas	Vice-Reino da Nova Espanha, Peru em formação e Brasil português	Conquistas centrais e governos ainda incompletos	Comunidades indígenas, colonos, africanos e missionários	Tratar a conquista como concluída
África	Songhai, Kongo, Etiópia, Adal, Benin e Ndongo	Diplomacia cristã e pressão atlântica crescentes	Poderes africanos negociam vários parceiros	Ler fortes como colônias territoriais
Mediterrâneo	Otomanos e Habsburgo em expansão	Otomanos incorporam Egito; Reforma fragmenta cristandade	Guerra e comércio atravessam confissões	Separar religião de fiscalidade
Sul da Ásia	Mogóis restaurados, Sur recente, Vijayanagara e sultanatos do Decão	Conquista tímida permanece reversível	Persas, turanis, rajputs e elites indianas	Projetar império de Akbar sobre Babur
Leste asiático	Ming, Joseon, daimyo japoneses e portugueses em Macau	Prata e comércio marítimo aumentam	Redes chinesas, japonesas e ibéricas	Chamar regulação de isolamento

B.3 Instantâneo de 1600

Espaço	Formações	Tendência	Relação global	Questão comparativa
Atlântico	Impérios ibéricos, colônias rivais iniciais e reinos africanos	Açúcar, prata e tráfico crescem	Atlântico Sul e Manila conectam oceanos	Quem controla transporte e trabalho?

Espaço	Formações	Tendência	Relação global	Questão comparativa
África	Kongo, Ndongo, Benin, Bornu, Etiópia e sucessores de Songhai	Efeitos regionais do tráfico se aprofundam	Portos negociam com europeus concorrentes	Agência de quem e sob qual restrição?
Oeste da Eurásia	Otomanos, Safávidas, Habsburgo e Rússia	Grandes dinastias consolidam fronteiras	Seda, caravanas e guerra conectam regiões	Como confissão organiza soberania?
Sul da Ásia	Mogol de Akbar, Decão e poderes do sul	Receita e elite de serviço ampliadas	Têxteis atraem prata e companhias	Como o centro depende de zamindares?
Leste asiático	Ming, Tokugawa emergente, Joseon pós-guerra e Ryukyu	Unificação japonesa e comércio de prata	Manila, Macau e Nagasaki	Regulação fortalece ou desloca redes?

B.4 Instantâneo de 1650

Espaço	Formações	Crise recente	Capacidade preservada	Conexão
Américas	Vice-reinos ibéricos, Brasil disputado e colônias inglesas, francesas e neerlandesas	Guerra, epidemias e expansão escravista	Cidades, tribunais e mercados regionais	Açúcar, prata, tabaco e trabalho forçado
África	Kongo, Matamba, Etiópia, Oyo, Benin e cidades suailis	Guerras em Angola e pressão costeira	Diplomacia, comércio e reinos interiores	Atlântico e Índico sem domínio europeu pleno
Europa	França, República Holandesa, Habsburgo, Inglaterra e Suécia	Guerra dos Trinta Anos e guerras civis	Crédito, exércitos e negociação corporativa	Colônias integradas a guerras europeias
Ásia islâmica	Otomanos, Safávidas e Mogóis	Mudanças fiscais e sucessórias	Grandes populações, exércitos e mercados	Seda, têxteis, peregrinação e diplomacia
Leste e norte asiático	Qing recente, Tokugawa, Joseon e Rússia siberiana	Transição Ming-Qing	Burocracias e domínios regionais	Fronteiras do Amur, Taiwan e mares regulados

B.5 Instantâneo de 1700

Espaço	Formação dominante	Alcance	Limite	Próxima transformação
Américas	Impérios ibéricos e colônias rivais	Centros coloniais e rotas oceânicas	Fronteiras indígenas e contrabando	Reformas, mineração e guerras do século XVIII
Atlântico africano	Reinos e redes costeiras africanas diante de tráficos europeus	Comércio crescente e poder local variável	Captura, guerra e assimetria naval	Expansão maciça do tráfico no século XVIII
Europa	Estados dinásticos e repúblicas fiscais	Maior crédito, frotas e colônias	Privilégios, dívida e guerras contínuas	Disputa imperial global
Ásia ocidental e sul	Otomanos, Safávidas e Mogóis	Grandes territórios e receitas	Fronteiras, facções e custos militares	Reconfigurações sem resultado predeterminado
Ásia oriental e norte	Qing, Tokugawa, Joseon e Rússia	Consolidação territorial e comércio regulado	Diversidade interna e fronteiras	Expansões Qing e russa

B.6 Quem coexistiu diretamente?

Coexistir no mesmo século não significa manter contato. A tabela diferencia interação direta, conexão por intermediários e simples simultaneidade comparável.

Par	Tipo de coexistência	Canal	Evidência típica
Safávidas e Mogóis	Direta e diplomática	Exílio de Humayun, embaixadas, arte e fronteira	Crônicas, cartas, pinturas e presentes
Otomanos e Safávidas	Direta e rival	Guerra, tratado, peregrinação e comércio	Ordens, tratados, cadastros e narrativas
Ming-Qing e ibéricos	Direta mas controlada	Macau, Manila, missionários e prata	Registros portuários, memoriais e objetos
Kongo e Portugal	Direta e assimétrica	Embaixadas, cristianismo, comércio e guerra	Cartas, missionários e arqueologia
Mogóis e EIC	Direta sob soberania mogol	Firmans, feitorias, alfândega e conflito	Documentos da companhia e corte
Incêndios andinos e crise Ming	Sem contato causal demonstrado	Simultaneidade ambiental possível	Proxies climáticos separados e cronologias
Palmares e Tokugawa	Simultaneidade comparável	Nenhum canal direto conhecido	Comparação de fronteira e trabalho, não conexão

Apêndice C. Matrizes comparativas

C.1 Delegação e controle

Formação	Delegado	Recurso delegado	Controle do centro	Risco
Monarquia Hispânica	Vice-rei, audiência, cabildo e cacique	Justiça, receita e recrutamento	Visita, apelação, nomeação e conselho	Autonomia, conflito de jurisdição e corrupção
Portugal ultramarino	Governador, capitão e câmara	Defesa, comércio e terra	Regimentos, carreira e monopólio	Comércio privado e distância
Otomano	Governador, sipahi e fazendeiro fiscal	Receita e força regional	Rotação, cadastro e conselho	Poder provincial e retenção de receita
Safávida	Chefe qizilbash, ghulam e burocrata	Província, exército e receita	Equilíbrio de facções e terras da coroa	Competição de elites
Mogol	Mansabdar, jagirdar e zamindar	Receita, contingentes e governo local	Transferência, inspeção e hierarquia	Subavaliação e base local
Ming-Qing	Magistrado, elite local e banner	Administração, imposto e defesa	Exames, memoriais e auditoria	Informação filtrada e captura local
Tokugawa	Daimyo e aldeia	Domínio, tributo e ordem	Reféns, residência e regulamentos	Autonomia senhorial
Rússia	Voivoda, nobre e cossaco	Serviço, tributo e fronteira	Chancelarias, fortins e recompensas	Distância e rebelião
Companhia	Diretor, governador e agente	Comércio, guerra e justiça	Contas, cartas e auditoria	Agente privado desvia objetivo corporativo

C.2 Trabalho e obrigação

Regime	Status jurídico	Duração	Mediação	Cuidado
Mita colonial	Súditos indígenas recrutados por rodízio	Temporária por cota, repetível	Comunidade, kuraka e oficial	Salário parcial não elimina compulsão
Repartimiento	Trabalho obrigatório colonial	Temporário	Autoridade local e corregidor	Varia por região e setor
Escravidão atlântica	Pessoa tratada como propriedade transmissível	Vitalícia e crescentemente hereditária	Senhor, comerciante e Estado	Racialização cresce historicamente
Servidão russa	Camponês vinculado a senhor e terra	Hereditária em consolidação	Proprietário e comunidade	Não é idêntica à escravidão atlântica
Corveia e serviço	Obrigação de trabalho ou transporte	Periódica	Aldeia, senhor ou Estado	Pode coexistir com imposto monetário
Mansab e serviço nobre	Oficial recebe posição e receita por dever	Enquanto nomeado ou favorecido	Corte e cadeia administrativa	Elite coerciva também é dependente

C.3 Governo religioso

Formação	Confissão patrocinada	Pluralidade governada	Instrumento	Limite
Otomano	Islã sunita	Cristãos, judeus, xiitas e outros	Qadi, impostos, patronagem e comunidades	Millet não era sistema nacional fixo desde o início

Formação	Confissão patrocinada	Pluralidade governada	Instrumento	Limite
Safávida	Xiismo duodecimano	Sunitas, cristãos, judeus e zoroastrianos	Estudiosos, santuários e coerção	Transformação lenta e regional
Mogol	Islamismo de corte variável	Maioria hindu, jainistas, sikhs e outros	Patronagem, jizya, tradução e alianças	Políticas mudam por reinado e região
Ming-Qing	Confucionismo estatal e cultos imperiais	Budistas, daoistas, muçulmanos, cristãos e cultos locais	Exames, ritos e regulação	Ortodoxia letrada não cobre prática inteira
Europa	Igrejas católicas e protestantes territoriais	Minorias confessionais e judeus	Igreja estatal, tribunais e escolas	Migração, dissidência e jurisdições
Américas coloniais	Catolicismo imperial	Religiões indígenas e africanas	Missão, paróquia e inquisição	Apropriação, ocultamento e persistência

C.4 Reivindicação e controle efetivo

Caso	Reivindicação	Controle observável	Classificação
Tordesilhas	Coroas dividem zonas oceânicas	Sem consentimento ou ocupação total	Pretensão diplomática
Estado da Índia	Monopólio português de rotas	Fortes e patrulhas seletivas	Rede de enclaves
Vice-Reino do Peru	Soberania real sobre Andes	Centros densos e fronteiras resistentes	Governo territorial mediado
Kongo cristão	Rei cristão soberano e aliado	Províncias negociadas e disputa dinástica	Reino africano autônomo sob pressão
VOC nas Molucas	Monopólio de especiarias	Coerção concentrada e contrabando persistente	Companhia-Estado regional
Rússia na Sibéria	Soberania do tsar até o Pacífico	Fortes e corredores fluviais esparsos	Fronteira tributária
Qing sobre Taiwan	Incorporação após 1683	Administração costeira inicial desigual	Conquista em consolidação

C.5 Segurança da evidência

Afirmação	Nível	Justificativa	Formulação recomendada
Coalizões indígenas foram decisivas em 1521	Seguro	Fontes de vários lados e logística	A conquista foi coalizão apropriada pela coroa espanhola
População americana caiu drasticamente após contato	Seguro	Demografia histórica, arqueologia e epidemias	Escala exata e cronologia regional permanecem debatidas
Prata americana chegou em grande volume à China	Seguro	Moedas, comércio, Manila e fiscalidade	Evitar porcentagem global única sem método explícito
Pequena Idade do Gelo causou a queda Ming	Debatido e simplificador	Clima é um fator entre fiscalidade, guerra e rebelião	Pressões climáticas contribuíram em regiões específicas
Vestfália criou soberania moderna	Fraco como causa única	Jurisdições sobrepostas persistiram	Tratados reorganizaram conflitos específicos

Afirmação	Nível	Justificativa	Formulação recomendada
Sakoku isolou completamente o Japão	Incorreto	Comércio e diplomacia regulados continuaram	Tokugawa selecionou canais e parceiros
Millet era sistema fixo desde 1453	Debatido	Institucionalização mudou ao longo do tempo	Descrever comunidade e período concretos

Regra de comparação: Se duas instituições recebem o mesmo rótulo, compare primeiro direitos, duração, recursos e possibilidade de apelação. Se recebem nomes diferentes, verifique se desempenhavam funções parcialmente semelhantes.

Apêndice D. Glossário essencial

Absolutismo: Conceito usado para pretensões de soberania concentrada em monarcas europeus. Não significa poder sem limites práticos; cortes, privilégios, tribunais, crédito e províncias continuavam a mediar decisões.

Aldeamento: Assentamento colonial, frequentemente missionário, que reunia populações indígenas para conversão, trabalho, defesa e administração. Podia oferecer mediação e também impor deslocamento e disciplina.

Asiento: Contrato da Monarquia Hispânica concedendo a particulares direitos e obrigações, especialmente o fornecimento de pessoas africanas escravizadas às colônias. Ligava coroa, crédito e redes mercantis internacionais.

Audiência: Tribunal superior e órgão consultivo da América espanhola. Julgava recursos, fiscalizava autoridades e podia governar interinamente; sua relação com vice-reis era de cooperação e tensão.

Banner ou Estandarte: Unidade militar, social e administrativa manchu organizada antes da conquista Qing. Havia estandartes manchus, mongóis e han; não eram apenas regimentos de campanha.

Cabildo ou câmara: Conselho municipal no mundo ibérico. Representava sobretudo grupos reconhecidos como vizinhos e elites urbanas, administrando mercados, terras e obras, sem equivaler a democracia moderna.

Capitania: Jurisdição concedida a um capitão ou donatário para defesa, colonização e governo. Delegava custos e poderes; sua forma variou entre Atlântico, Brasil e Estado da Índia.

Capitulação: Contrato entre coroa e agente para expedição ou conquista; também pode designar acordos diplomáticos, como privilégios comerciais otomanos. O sentido depende do contexto.

Cartaz: Licença marítima exigida pelo Estado português da Índia para certas embarcações. Buscava fiscalizar rotas e portos, mas sua aplicação era seletiva e contestada.

Companhia privilegiada: Empresa criada por carta estatal com monopólio e poderes públicos em uma região. VOC e EIC podiam negociar, fortificar e guerrear; não eram companhias privadas no sentido contemporâneo simples.

Confessionalização: Processo pelo qual igrejas e governos buscaram definir doutrina, disciplina e pertencimento. Ajuda a estudar Europa reformada, mas não implica obediência uniforme.

Corveia: Obrigação de trabalho não livre devida periodicamente a senhor, comunidade ou Estado. É categoria comparativa ampla; nomes e direitos locais precisam ser especificados.

Crioulização: Formação de práticas, línguas e identidades novas em situações de contato e deslocamento. Não significa mistura sem poder; no Atlântico ocorreu sob escravização, colonialismo e criatividade comunitária.

Devshirme: Recrutamento otomano periódico de meninos cristãos para conversão e serviço imperial. Produziu janízaros e administradores em contextos específicos; não recrutou toda população cristã nem permaneceu idêntico por séculos.

Encomienda: Concessão espanhola do direito de receber tributo ou trabalho de comunidades indígenas sob dever declarado de proteção e instrução cristã. Não era propriedade formal das pessoas, mas permitiu coerção intensa.

Estado da Índia: Conjunto português de fortalezas, cidades, frotas e jurisdições entre África oriental e Ásia, governado a partir de Goa. Era rede descontínua, não domínio uniforme do oceano Índico.

Fazenda fiscal: Contrato pelo qual um agente antecipava ou prometia receita ao governo em troca do direito de cobrar impostos. Reduzia custos imediatos e podia fortalecer intermediários.

Feitoria: Posto de comércio e armazenamento administrado por feitores. Podia existir com autorização local e sem conquista territorial extensa.

Firman: Ordem ou concessão emitida por soberano islâmico, especialmente associada a governos persianizados e otomanos. Companhias europeias buscavam firmans para comércio, revelando dependência da autoridade local.

Fronteira: Zona de soberania graduada, circulação, fortificação, comércio e conflito. Não deve ser representada automaticamente como linha fixa de Estado moderno.

Ghulam: Servidor militar ou administrativo cuja origem podia envolver cativo, conversão e treinamento doméstico. No mundo safávida, ghulams de origem caucasiana ajudaram a equilibrar elites qizilbash.

Haijin: Políticas Ming de restrição ao comércio marítimo privado. Sua aplicação variou; não eliminaram comércio, migração ou contrabando.

Império da pólvora: Rótulo aplicado sobretudo a otomanos, safávidas e mogóis pela importância de armas de fogo. É útil se combinado com fiscalidade, cavalaria, alianças e legitimidade; tecnologia sozinha não explica os impérios.

Jagir: Atribuição temporária de receita a um servidor mogol. Não conferia propriedade plena da terra e dependia de produção, registros e negociação local.

Janízaro: Membro de corpo de infantaria otomano ligado à casa imperial. Sua composição, recrutamento e papel político mudaram entre os séculos XV e XVIII.

Jizya: Tributo historicamente cobrado de certos súditos não muçulmanos em governos islâmicos. Regras, isenções e aplicação variavam; no império Mogol foi abolido e restaurado em períodos distintos.

Kuraka ou cacique: Termos usados para autoridades indígenas andinas e americanas. Algumas posições antecederam a colonização e foram transformadas como mediadoras de tributo, trabalho e litígio.

Mansab: Grau hierárquico de serviço no império Mogol, associado a salário e obrigação de manter contingentes. O número formal precisava ser verificado e não correspondia automaticamente a soldados presentes.

Mercantilismo: Categoria posterior usada para políticas de monopólio, balança comercial e incentivo estatal. Governos da época não seguiam um manual único; práticas variaram e podiam ser contraditórias.

Millet: Termo otomano para comunidade ou confissão em usos que mudaram. Não deve ser projetado como sistema nacional fixo e plenamente institucionalizado desde o século XV.

Mita: No mundo andino, obrigação rotativa de trabalho com precedentes incas. A mita colonial, sobretudo ligada a Potosí, transformou escala, destino e coerção sob governo espanhol.

Monarquia composta: Formação dinástica que reúne territórios com leis, impostos e instituições diferentes sob um soberano. Monarquias Habsburgo e ibéricas são exemplos centrais.

Monopólio: Direito exclusivo declarado sobre comércio, produto ou rota. Sua existência legal não prova fiscalização efetiva; contrabando e licenças excepcionais eram comuns.

Oba, manicongo e ngola: Títulos associados respectivamente a Benin, Kongo e Ndongo. Traduzir todos simplesmente como rei é útil em síntese, mas pode apagar instituições e cosmologias próprias.

Plantação: Unidade de produção comercial intensiva, frequentemente ligada a processamento, crédito e trabalho coercivo. Açúcar foi central, mas plantações variaram por cultivo e região.

Quilombo, palenque e maroon: Termos relacionados a comunidades formadas por fugitivos da escravidão, com histórias linguísticas e regionais diferentes. Podiam incluir outros habitantes e manter comércio, guerra ou tratados com vizinhos.

Qizilbash: Confederações turcomanas devotas à ordem safávida e decisivas nas conquistas de Ismail. Seu poder provincial foi equilibrado por Abbas I, mas não desapareceu.

Racialização: Processo histórico que associa aparência, ascendência e origem a hierarquias jurídicas e sociais. No Atlântico, a vinculação entre ascendência africana e escravidão hereditária tornou-se mais rígida ao longo do tempo.

Repartimiento: Sistema colonial espanhol de recrutamento temporário de trabalho indígena, com formas regionais. Pagamento ou duração limitada não anulavam a obrigação.

Sakoku: Rótulo posterior para políticas Tokugawa de restrição marítima. A expressão país fechado é enganosa porque comércio e diplomacia continuaram por canais selecionados.

Sipahi: Cavaleiro otomano, frequentemente associado à receita de timar e serviço militar. Não deve ser equiparado automaticamente a cavaleiro feudal europeu.

Soberania: Reivindicação de autoridade superior. Na primeira modernidade, era frequentemente compartilhada, graduada ou sobreposta entre imperador, rei, cidade, igreja, senhor, comunidade e companhia.

Sulh-i kul: Ideal mogol de paz universal associado a Akbar. Sustentava inclusão de elites e comunidades sob soberania imperial, sem abolir desigualdade.

Timar: Direito otomano de receber receitas designadas em troca de serviço, especialmente cavalaria. Não era propriedade privada plena e perdeu peso relativo com mudanças fiscais.

Trabalho coercivo: Categoria ampla para obrigações impostas por lei, força, dívida ou dependência. Inclui regimes diferentes e não deve apagar distinções entre escravidão, servidão, mita, corveia e recrutamento.

Tributação em prata: Conversão de obrigações fiscais para pagamento monetário, importante no Ming tardio e em outros governos. A prata liga fiscalidade a mercados, mas sua adoção foi desigual.

Vice-reino: Grande jurisdição governada por representante do monarca. O vice-rei encarnava autoridade real, porém compartilhava governo com tribunais, cidades, igrejas e elites locais.

VOC e EIC: Siglas da Companhia Neerlandesa das Índias Orientais e da Companhia Inglesa das Índias Orientais. Foram companhias privilegiadas distintas em capital, governo e trajetória; não devem ser fundidas numa categoria britânico-holandesa genérica.

Waqf: Fundação pia islâmica que vinculava propriedades e receitas a finalidade religiosa ou social. Sustentava mesquitas, escolas, fontes, hospitais e famílias, combinando devoção e economia.

Yasak: Tributo cobrado pelo Estado russo a povos siberianos, frequentemente em peles. Sua arrecadação envolvia presentes, coerção, reféns e negociação.

Zamindar: Categoria mogol para detentores de direitos locais e fiscais variados. Podia designar chefes poderosos ou intermediários menores; seu sentido mudou por região e período.

Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades

E.1 Protocolo de leitura em sete perguntas

1. Quem produziu a fonte e em qual posição social ou institucional?
2. Quando foi produzida em relação ao acontecimento narrado?
3. Para qual público e com qual objetivo?
4. Que gênero organiza o texto ou objeto: petição, crônica, cadastro, pintura, lei, mapa ou conta?
5. Quem aparece por voz própria e quem é classificado por terceiros?
6. Que afirmação pode ser verificada com uma fonte de tipo diferente?
7. O que a fonte não permite concluir?

Responder às sete perguntas antes de resumir reduz o risco de repetir propaganda de corte, categorias coloniais ou números administrativos como se fossem descrição completa.

E.2 Dossiê 1 - Cortés e o Códice Florentino

As Cartas de relação de Cortés apresentam campanha e governo para um monarca de quem o autor buscava reconhecimento. O Livro XII do Códice Florentino registra versões em náuatle e espanhol produzidas por Sahagún, anciãos, escribas e artistas nahuas décadas depois da guerra. Nenhuma fonte é memória pura; juntas, tornam visíveis seleção e tradução.

- Compare como cada obra distribui iniciativa entre espanhóis, mexicas e aliados indígenas.
- Marque passagens de observação, rumor e justificativa.
- Verifique no mapa quais deslocamentos exigiam alimento, canoas e estradas.
- Conclusão esperada: não escolher um relato vencedor, mas explicar por que discordam.

Cuidado: Não use indígena como ponto de vista único. Tlaxcaltecas, mexicas, texcocanos e outras comunidades possuíam posições diferentes e mutáveis.

E.3 Dossiê 2 - Guaman Poma como crítica visual

El primer nueva corónica y buen gobierno, de Felipe Guaman Poma de Ayala, reúne carta, crônica, genealogia, catequese, sátira e centenas de desenhos. Foi dirigido ao rei espanhol no início do século XVII e provavelmente nunca chegou ao destinatário. O autor reivindicava autoridade andina e cristã para denunciar a má administração.

- Escolha um desenho de autoridade colonial e descreva composição, gestos, inscrições e escala.
- Compare o texto com a imagem: um repete ou corrige o outro?
- Identifique o modelo de bom governo proposto, não apenas a denúncia.
- Pesquise como o manuscrito foi preservado em Copenhague e digitalizado.

E.4 Dossiê 3 - Cartas do Kongo

Cartas atribuídas a Afonso I do Kongo e correspondência luso-kongolesa mostram uma corte africana usando escrita diplomática cristã. O rei solicita especialistas, organiza igreja, reivindica tratamento soberano e denuncia práticas que ameaçam seus súditos. A seleção sobrevivente depende de arquivos europeus.

- Liste as demandas que pressupõem igualdade diplomática e as que revelam dependência.
- Distinga crítica ao comércio ilegal de rejeição total da escravidão; não imponha uma posição que a fonte não sustenta.

- Pergunte quais vozes de províncias e pessoas capturadas não aparecem na carta régia.

E.5 Dossiê 4 - Cadastro otomano

Defters otomanos registravam unidades fiscais, terras e obrigações. Permitem estudar nomes de aldeias, cultivos e categorias de receita. Foram instrumentos de governo, não censos modernos completos.

- Defina a unidade contada antes de convertê-la em pessoas.
- Compare dois momentos para identificar mudança de classificação.
- Procure evidência judicial ou arqueológica para práticas que o cadastro não registra.
- Evite inferir identidade étnica diretamente de um nome ou categoria fiscal.

E.6 Dossiê 5 - Iskandar Beg e a corte safávida

A História de Shah Abbas, de Iskandar Beg Munshi, foi escrita por participante da burocracia safávida. Descreve campanhas, nomeações e virtudes régias segundo convenções persianizadas. Sua proximidade oferece informação e compromisso.

- Separe descrição logística de elogio moral.
- Compare a narrativa de uma embaixada com objetos, cartas estrangeiras ou registros de comércio.
- Analise como qizilbash, ghulams e burocratas recebem papéis diferentes.

E.7 Dossiê 6 - Baburnama, Akbarnama e Ain-i Akbari

O Baburnama é memória dinástica de um conquistador; o Akbarnama de Abu'l-Fazl apresenta a trajetória de Akbar; o Ain-i Akbari organiza instituições, territórios e saberes. O conjunto permite estudar como uma família transformou conquista instável em linguagem imperial.

- Compare a voz autobiográfica de Babur com a imagem quase cósmica de Akbar.
- Escolha uma cifra fiscal do Ain-i Akbari e procure como historiadores avaliam sua cobertura.
- Observe autoria coletiva de manuscritos ilustrados: calígrafos, pintores e patronos participam da fonte.

E.8 Dossiê 7 - Memorial Ming-Qing

Memoriais levavam informação e recomendações ao imperador. Um oficial podia destacar crise para obter recursos, minimizar falha própria ou demonstrar lealdade. Rescritos registravam a resposta central, não necessariamente a execução local.

- Identifique o problema administrativo e a solução proposta.
- Marque conceitos morais usados como argumento político.
- Verifique se gazetteers locais ou registros de preços sustentam a descrição.
- Compare continuidade de linguagem entre transição Ming-Qing.

E.9 Dossiê 8 - Diários de companhia

Diários da VOC e EIC registravam deliberações, cargas, preços e diplomacia. São densos porque companhias precisavam prestar contas. A documentação tende a apresentar produtores e governos asiáticos pelo efeito que tinham sobre contratos.

- Reconstrua uma mercadoria do produtor ao porto e ao consumidor.
- Liste todas as pessoas sem as quais a transação falharia.
- Compare o monopólio escrito na carta com concorrência observada no diário.

- Classifique uma ação como comercial, diplomática, militar ou híbrida.

E.10 Dossiê 9 - SlaveVoyages

Uma consulta ao banco pode selecionar período, região de embarque, bandeira e destino. Antes de produzir gráfico, leia a metodologia e diferencie casos documentados de estimativas. Uma linha representa uma viagem, não uma biografia coletiva.

- Formule uma pergunta limitada, como mudança dos destinos entre 1601-1650 e 1651-1700.
- Registre filtros e data de acesso para permitir reprodução.
- Apresente totais como estimativas e explique lacunas.
- Acrescente uma fonte de experiência individual ou comunitária para não reduzir pessoas a números.

E.11 Dossiê 10 - Mapas de soberania

Mapas europeus podiam combinar observação, informação indígena, imaginação e pretensão. Linhas costeiras detalhadas coexistiam com interiores vagos. Brasões e cores proclamavam posse.

- Diferencie conhecimento geográfico de autoridade política.
- Identifique topônimos indígenas preservados ou substituídos.
- Compare o mapa com um tratado e um registro de assentamento.
- Redesenhe a região com gradações: núcleo administrado, corredor, aliado, fronteira e área não controlada.

E.12 Oficina de cronologia comparada

1. Selecione cinco formações que coexistiram por pelo menos cinquenta anos.
2. Para cada uma, marque expansão, crise e reorganização sem usar ascensão e queda como únicos verbos.
3. Adicione uma linha de trabalho e receita.
4. Adicione uma linha de religião e legitimação.
5. Conecte apenas relações demonstradas; use tracejado conceitual para comparação sem contato.
6. Escreva uma conclusão com uma semelhança limitada e duas diferenças explicativas.

E.13 Oficina de artigo para blog

Um artigo de qualidade pode ser construído em seis blocos:

1. Título que formule problema, não ranking: Como companhias comerciais governavam sem possuir países inteiros?
2. Abertura com cena documentada e fonte identificada.
3. Contexto de 150 a 250 palavras com mapa temporal.
4. Três mecanismos comparados: receita, intermediários e limite.
5. Quadro mito versus evidência.
6. Conclusão que indique o que é seguro, provável e debatido, seguida de leituras.

Adapte a redação com voz própria, preserve a autoria do material-base e cite obras consultadas. Imagens exigem verificação separada de direitos: domínio público, licença aberta ou autorização. Acervo online não significa uso livre automático.

E.14 Temas de posts seriados

- Por que 1521 não encerrou a conquista do México.

- Macau era colônia portuguesa? Uma resposta por graus de soberania.
- Nzinga, Kongo e Portugal: diplomacia africana num Atlântico desigual.
- Prata de Potosí e mercados chineses: conexão sem comando único.
- Sakoku: como o Japão regulou contatos sem se isolar.
- Vestfália não inventou o Estado moderno em um dia.
- VOC e EIC: empresas privadas ou governos delegados?
- Cinco formas de trabalho coercivo que não devem ser confundidas.
- O que o SlaveVoyages permite contar e o que não permite.
- Como mapas coloniais transformavam pretensão em aparência de posse.

E.15 Questões de revisão

1. Por que aliança indígena é mais explicativa que superioridade europeia para a conquista do México?
2. Qual a diferença entre vencer uma capital e consolidar uma colônia?
3. Como Estado da Índia e VOC combinavam comércio e soberania?
4. Por que timar e jagir não equivalem automaticamente a feudos?
5. De que modos xiismo e sunismo organizaram rivalidade safávida-otomana?
6. Como a prata conectou Américas, Europa e Ásia?
7. Por que participação africana no tráfico não pode ser descrita como responsabilidade continental uniforme?
8. Que limites o banco SlaveVoyages possui?
9. Por que Qing era império multiétnico, não simples continuação Ming?
10. O que sakoku e millet ensinam sobre categorias históricas posteriores?
11. Como guerra e crédito se reforçaram em Estados europeus?
12. Por que em 1700 ainda não havia domínio europeu uniforme da Ásia e África?

E.16 Rubrica para avaliar uma resposta

Critério	Excelente	Satisfatório	Precisa revisão
Cronologia	Situa processo antes e depois da data	Usa datas corretas mas pouco conectadas	Trata evento como começo ou fim absoluto
Evidência	Identifica autor, gênero, público e limite	Cita fonte sem discutir mediação	Repete fonte como fato neutro
Comparação	Compara mecanismo e explica diferença	Nota semelhança geral	Faz ranking de civilizações
Agência	Localiza escolhas sob restrições específicas	Menciona resistência genericamente	Apaga grupos locais ou culpa coletivos inteiros
Escala	Liga aldeia, região, império e oceano	Permanece em uma escala coerente	Salta do caso local para conclusão mundial
Incerteza	Distingue seguro, provável e debatido	Usa cautela ocasional	Apresenta estimativas como números exatos

Integridade acadêmica: Uma boa adaptação não copia parágrafos sem crédito. Ela reorganiza a síntese, volta às fontes indicadas, acrescenta análise própria e mantém referências verificáveis.

Bibliografia comentada

História global, impérios e comparação

- ADAMS, Julia. *The Familial State: Ruling Families and Merchant Capitalism in Early Modern Europe*. Cornell University Press, 2005. Explica como famílias governantes, elites mercantis e companhias articularam poder neerlandês.
- BENTON, Lauren. *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400-1900*. Cambridge University Press, 2010. Fundamental para compreender soberanias irregulares, corredores e enclaves.
- BENTON, Lauren; FORD, Lisa. *Rage for Order: The British Empire and the Origins of International Law, 1800-1850*. Harvard University Press, 2016. Embora posterior, oferece conceitos úteis sobre jurisdição imperial e fronteiras legais.
- BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton University Press, 2010. Síntese comparativa centrada nas estratégias de governo da diferença.
- CONRAD, Sebastian. *What Is Global History?* Princeton University Press, 2016. Introdução metodológica clara sobre conexão, escala e risco de universalização.
- DARWIN, John. *After Tamerlane: The Global History of Empire since 1405*. Bloomsbury, 2007. Narrativa ampla sobre persistência de vários centros imperiais.
- ELLIOTT, J. H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492-1830*. Yale University Press, 2006. Comparação cuidadosa de instituições coloniais espanholas e britânicas.
- GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. UFMG/Edusp, 2014. Analisa circulação cultural dentro da Monarquia Hispânica.
- LIEBERMAN, Victor. *Strange Parallels: Southeast Asia in Global Context, c. 800-1830*. Cambridge University Press, 2003-2009. Compara integração territorial sem reduzir a Ásia ao modelo europeu.
- MANNING, Patrick. *Navigating World History*. Palgrave Macmillan, 2003. Guia historiográfico e metodológico para pesquisa em história mundial.
- PARKER, Geoffrey. *Global Crisis: War, Climate Change and Catastrophe in the Seventeenth Century*. Yale University Press, 2013. Reúne crises do século XVII; deve ser lido com atenção às variações regionais.
- POMERANZ, Kenneth. *The Great Divergence*. Princeton University Press, 2000. Debate por que industrialização e crescimento divergiram, evitando superioridade europeia precoce.
- POMERANZ, Kenneth; TOPIK, Steven. *The World That Trade Created*. Routledge, edições diversas. Ensaios curtos sobre mercadorias, trabalho e redes globais.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Explorations in Connected History*. Oxford University Press, 2005. Demonstra como seguir agentes e conceitos entre histórias regionais.
- WIESNER-HANKS, Merry E. *A Concise History of the World*. Cambridge University Press, 2015. Síntese acessível que incorpora gênero, trabalho e conexões.
- YUN-CASALILLA, Bartolomé. *Iberian World Empires and the Globalization of Europe, 1415-1668*. Palgrave Macmillan, 2019. Integra fiscalidade, redes e monarquias ibéricas.
- MANN, Charles C. *1493: Uncovering the New World Columbus Created*. Vintage, 2012. Síntese de grande circulação sobre os intercâmbios colombianos; deve ser lida em conjunto com estudos regionais e literatura especializada.

Américas e impérios ibéricos

- D'ALTROY, Terence N. *The Incas*. Wiley-Blackwell, 2. ed., 2014. Síntese arqueológica e histórica sobre governo, economia e expansão inca.
- HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Harvard University Press, 2015. Mostra como ocupação, uso e memória construíam fronteiras.
- LOCKHART, James. *The Nahuas After the Conquest*. Stanford University Press, 1992. Obra essencial baseada em documentação em náuatle sobre continuidade e transformação.
- METCALF, Alida C. *Go-betweens and the Colonization of Brazil, 1500-1600*. University of Texas Press, 2005. Centraliza intérpretes, naufragos, indígenas e mediadores.

- MUMFORD, Jeremy Ravi. *Vertical Empire: The General Resettlement of Indians in the Colonial Andes*. Duke University Press, 2012. Analisa reduções, espaço e governo andino.
- OWENSBY, Brian P. *Empire of Law and Indian Justice in Colonial Mexico*. Stanford University Press, 2008. Estuda o uso indígena de tribunais e linguagem régia.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas*. Alameda, 2008. Discute vassalos, ciência e recompensas no império português.
- RESTALL, Matthew. *Seven Myths of the Spanish Conquest*. Oxford University Press, 2003. Corrige mitos sobre conquistadores, comunicação e aliados indígenas.
- SCHROEDER, Susan; WOOD, Stephanie; HASKETT, Robert, orgs. *Indian Conquistadors*. University of Oklahoma Press, 1997. Documenta participação indígena em campanhas coloniais.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*. Cambridge University Press, 1985. Estudo clássico sobre açúcar, trabalho e ordem social na Bahia.
- SPALDING, Karen. *Huarochiri: An Andean Society under Inca and Spanish Rule*. Stanford University Press, 1984. Reconstrói transformação de comunidade andina por longa duração.
- STERN, Steve J. *Peru's Indian Peoples and the Challenge of Spanish Conquest*. University of Wisconsin Press, 1982. Analisa economia moral, alianças e resistência nos Andes.
- TOWNSEND, Camilla. *Fifth Sun: A New History of the Aztecs*. Oxford University Press, 2019. História mexicana construída com atenção a textos em náuatle.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Slaves, Peasants, and Rebels: Reconsidering Brazilian Slavery*. University of Illinois Press, 1992. Reúne estudos sobre trabalho, abastecimento, relações rurais e resistência escravizada no Brasil colonial.

Portugal, Atlântico e oceano Índico

- BOXER, C. R. *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*. Hutchinson, 1969. Síntese clássica, útil quando atualizada por estudos posteriores.
- CHAUDHURI, K. N. *Trade and Civilisation in the Indian Ocean*. Cambridge University Press, 1985. Explica ritmos de monção, portos e sistemas comerciais anteriores aos europeus.
- FLORES, Jorge. *Unwanted Neighbours: The Mughals, the Portuguese, and Their Frontier Zones*. Oxford University Press, 2018. Analisa fronteiras luso-mogóis sem projetar domínio europeu.
- MALEKANDATHIL, Pius. *Maritime India: Trade, Religion and Polity in the Indian Ocean*. Primus, 2010. Reúne estudos sobre comerciantes, cristianismos e política marítima.
- PEARSON, M. N. *The Portuguese in India*. Cambridge University Press, 1987. Síntese concisa sobre o Estado da Índia em ambiente asiático.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The Portuguese Empire, 1415-1808*. Johns Hopkins University Press, 1998. Enfatiza mobilidade de pessoas, plantas e instituições.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700*. Wiley-Blackwell, 2. ed., 2012. Interpretação estrutural sobre comércio, política e limites portugueses.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Difel, 1994. Coletânea decisiva sobre lógica e diversidade da expansão portuguesa.

África e mundo atlântico

- ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. Yale University Press, 2010. Visualiza rotas e estimativas derivadas da base SlaveVoyages.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge University Press, 2012. Conecta Angola e Brasil por redes sociais e jurídicas.
- GAMES, Alison. *The Web of Empire: English Cosmopolitans in an Age of Expansion, 1560-1660*. Oxford University Press, 2008. Segue agentes ingleses em redes atlânticas e asiáticas.
- GOMEZ, Michael A. *Exchanging Our Country Marks*. University of North Carolina Press, 1998. Estuda identidades africanas e sua transformação no mundo atlântico.
- HEYWOOD, Linda M. *Njinga of Angola: Africa's Warrior Queen*. Harvard University Press, 2017. Biografia crítica de Nzinga dentro da política centro-africana e atlântica.

- HEYWOOD, Linda M.; THORNTON, John K. Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660. Cambridge University Press, 2007. Reconstrói experiências centro-africanas e crioulização atlântica.
- KLEIN, Herbert S. The Atlantic Slave Trade. Cambridge University Press, 2. ed., 2010. Introdução quantitativa a organização, demografia e economia do tráfico.
- LOVEJOY, Paul E. Transformations in Slavery. Cambridge University Press, 3. ed., 2011. Analisa escravidões africanas e mudanças associadas a tráficos externos.
- OGOT, B. A., org. General History of Africa, Volume V: Africa from the Sixteenth to the Eighteenth Century. UNESCO, 1992. Grande síntese coletiva que centraliza dinâmicas internas africanas.
- SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor. Civilização Brasileira, 2000. Estuda identidade, irmandades e africanos no Rio de Janeiro colonial.
- THORNTON, John K. Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800. Cambridge University Press, 2. ed., 1998. Obra essencial sobre instituições africanas e formação atlântica.
- THORNTON, John K. Afonso I Mvemba a Nzinga. Hackett, 2023. Biografia que interpreta cristianismo e diplomacia no Kongo por fontes da época.
- FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P., org. The East African Coast: Select Documents from the First to the Earlier Nineteenth Century. Clarendon Press, 1962. Coletânea documental clássica para a costa oriental africana; as traduções devem ser contextualizadas com pesquisa arqueológica e historiografia posterior.

Impérios otomano e safávida

- ÁGOSTON, Gábor. Guns for the Sultan. Cambridge University Press, 2005. Demonstra capacidade otomana de produzir e adaptar armamentos.
- BABAYAN, Kathryn. Mystics, Monarchs, and Messiahs. Harvard University Press, 2002. Examina linguagem religiosa e formação safávida.
- BABAIE, Sussan. Isfahan and Its Palaces. Edinburgh University Press, 2008. Relaciona arquitetura, urbanismo e representação de Abbas I.
- FAROQHI, Suraiya. The Ottoman Empire and the World Around It. I.B. Tauris, 2004. Coloca o império em redes diplomáticas e comerciais regionais.
- FINKEL, Caroline. Osman's Dream: The Story of the Ottoman Empire, 1300-1923. Basic Books, 2005. Síntese narrativa extensa e atualizada para leitores gerais.
- MATTHEE, Rudi. The Politics of Trade in Safavid Iran. Cambridge University Press, 1999. Analisa seda, Estado e mercadores.
- MATTHEE, Rudi. Persia in Crisis. I.B. Tauris, 2012. Reavalua pressões do final safávida sem moralismo dinástico simples.
- NEWMAN, Andrew J. Safavid Iran: Rebirth of a Persian Empire. I.B. Tauris, 2006. Síntese sobre religião, política e sociedade safávidas.
- PEIRCE, Leslie P. The Imperial Harem. Oxford University Press, 1993. Reconstrói mulheres dinásticas, reprodução e soberania otomana.
- TEZCAN, Baki. The Second Ottoman Empire. Cambridge University Press, 2010. Interpreta o século XVII como transformação política, não mero declínio.
- QUATAERT, Donald. The Ottoman Empire, 1700-1922. 2. ed. Cambridge University Press, 2005. Útil para estruturas sociais e econômicas de longa duração, com recorte principal posterior ao deste volume.
- SAVORY, Roger. Iran under the Safavids. Cambridge University Press, 1980. Síntese clássica sobre a dinastia safávida; deve ser combinada com estudos posteriores de Matthee, Newman e Babayan.

Império Mogol e sul da Ásia

- ALAM, Muzaffar; SUBRAHMANYAM, Sanjay. Writing the Mughal World. Columbia University Press, 2012. Mostra circulação intelectual e pluralidade do mundo mogol.
- ASHER, Catherine B.; TALBOT, Cynthia. India Before Europe. Cambridge University Press, 2006. Excelente síntese de c. 1200-1750, integrando regiões e religiões.
- GOMMANS, Jos. Mughal Warfare. Routledge, 2002. Explica cavalaria, ecologia e organização militar.

- HABIB, Irfan. *The Agrarian System of Mughal India, 1556-1707*. Oxford University Press, edições revistas. Referência para receita, classes rurais e instituições.
- LAL, Ruby. *Empress: The Astonishing Reign of Nur Jahan*. W. W. Norton, 2018. Biografia acessível com atenção a gênero e poder de corte.
- RICHARDS, John F. *The Mughal Empire*. Cambridge University Press, 1993. Síntese institucional clássica do império até o início do século XVIII.
- TRUSCHKE, Audrey. *Culture of Encounters: Sanskrit at the Mughal Court*. Columbia University Press, 2016. Análise tradução e presença sânscrita na corte.
- TRUSCHKE, Audrey. *Aurangzeb: The Life and Legacy of India's Most Controversial King*. Stanford University Press, 2017. Biografia curta que enfrenta polarizações contemporâneas.

China, Japão, Coreia e mares asiáticos

- ANDRADE, Tonio. *How Taiwan Became Chinese*. Columbia University Press, 2008. Estuda colonização neerlandesa, Zheng e conquista Qing.
- BERRY, Mary Elizabeth. *Japan in Print*. University of California Press, 2006. Relaciona cartografia, edição e formação de público Tokugawa.
- BROOK, Timothy. *The Confusions of Pleasure: Commerce and Culture in Ming China*. University of California Press, 1998. Retrato econômico e cultural do Ming tardio.
- BROOK, Timothy. *Vermeer's Hat*. Bloomsbury, 2008. Usa objetos e pinturas para explicar conexões do século XVII.
- CROSSLEY, Pamela Kyle. *A Translucent Mirror*. University of California Press, 1999. Análise ideologia e identidade na construção imperial Qing.
- JANSEN, Marius B. *The Making of Modern Japan*. Harvard University Press, 2000. Longa duração política e social com capítulos sólidos sobre unificação Tokugawa.
- ROWE, William T. *China's Last Empire: The Great Qing*. Harvard University Press, 2009. Síntese do império Qing como formação expansiva e multiétnica.
- SWOPE, Kenneth M. *A Dragon's Head and a Serpent's Tail*. University of Oklahoma Press, 2009. Estudo militar das invasões japonesas da Coreia.
- TOBY, Ronald P. *State and Diplomacy in Early Modern Japan*. Stanford University Press, 1984. Obra central contra a noção de isolamento completo.
- WAKEMAN, Frederic. *The Great Enterprise*. University of California Press, 1985. Estudo detalhado da conquista manchua e transição Ming-Qing.

Rússia e fronteiras eurasiáticas

- DAVIES, Brian L. *Warfare, State and Society on the Black Sea Steppe, 1500-1700*. Routledge, 2007. Integra fronteira sul, crimeanos, cossacos e Estado russo.
- DUNNING, Chester S. L. *Russia's First Civil War*. Penn State University Press, 2001. Interpretação abrangente do Tempo das Perturbações.
- KHODARKOVSKY, Michael. *Russia's Steppe Frontier*. Indiana University Press, 2002. Mostra conquista, conversão e diplomacia com povos das estepes.
- KIVELSON, Valerie A.; SUNY, Ronald Grigor. *Russia's Empires*. Oxford University Press, 2017. Síntese que centraliza colonização e diversidade imperial.
- KOLLMANN, Nancy Shields. *The Russian Empire, 1450-1801*. Oxford University Press, 2017. Estudo atualizado sobre governo, lei e expansão.
- KAPPELER, Andreas. *The Russian Empire: A Multi-Ethnic History*. Longman, 2001. Interpreta expansão e governo a partir da diversidade de povos e regiões do império.

Europa, companhias e ecologia

- CHAUDHURI, K. N. *The English East India Company*. Routledge, reedições. Estudo clássico de comércio e administração até o século XVIII.
- CROSBY, Alfred W. *The Columbian Exchange*. Greenwood, 1972. Obra fundadora sobre transferências biológicas; deve ser atualizada por pesquisa ambiental posterior.
- FLYNN, Dennis O.; GIRÁLDEZ, Arturo. *Born with a Silver Spoon*. *Journal of World History*, 1995. Artigo influente sobre Manila, prata e origem de uma economia global.
- GAASTRA, Femme S. *The Dutch East India Company*. Walburg Pers, edições em inglês. Introdução institucional à VOC, sua frota, finanças e administração.
- GLETE, Jan. *War and the State in Early Modern Europe*. Routledge, 2002. Compara construção naval, organização militar e capacidade estatal.
- PRAKASH, Om. *European Commercial Enterprise in Pre-Colonial India*. Cambridge University Press, 1998. Situa companhias dentro de economias indianas.
- STERN, Philip J. *The Company-State*. Oxford University Press, 2011. Obra central sobre soberania corporativa da EIC.
- WILSON, Peter H. *Europe's Tragedy: A History of the Thirty Years War*. Allen Lane, 2009. Síntese detalhada que integra política, guerra e sociedade.
- ELLIOTT, J. H. "A Europe of Composite Monarchies." *Past & Present* 137 (1992): 48-71. Artigo fundamental para compreender monarquias formadas por territórios com leis, instituições e identidades distintas.
- ELLIOTT, J. H. *Imperial Spain, 1469-1716*. Penguin Books, 2002. Síntese clássica sobre a monarquia hispânica; útil quando lida junto à historiografia mais recente sobre impérios compostos e Atlântico.
- SCHILLING, Heinz. *Early Modern European Civilization and Its Political and Cultural Dynamism*. Brandeis University Press/University Press of New England, 2008. Síntese breve sobre confessionalização, política e transformações culturais europeias.
- HOFFMAN, Philip T. *Why Did Europe Conquer the World?* Princeton University Press, 2015. Explicação comparativa centrada em competição interestatal e tecnologia militar; deve ser lida criticamente diante de abordagens imperiais e globais mais amplas.

Fontes primárias em edições modernas

- ABU'L-FAZL. *The Akbarnama e Ain-i Akbari*. Traduções e edições diversas. Fontes de corte indispensáveis, que devem ser lidas como projeto de soberania de Akbar.
- BABUR. *The Baburnama*. Tradução de Wheeler M. Thackston. Oxford University Press, 1996. Memória literária e política do fundador mogol.
- CORTÉS, Hernán. *Cartas de relación*. Edições críticas diversas. Petições justificadoras de um conquistador; nunca devem ser lidas isoladamente.
- GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. *El primer nueva corónica y buen gobierno*. Edição digital da Biblioteca Real da Dinamarca. Crítica andina cristã da ordem colonial.
- ISKANDAR BEG MUNSHI. *History of Shah Abbas the Great*. Tradução de Roger Savory. Westview Press, 1978. Crônica safávida de participante da burocracia.
- JAHANGIR. *The Jahangirnama*. Tradução de Wheeler M. Thackston. Oxford University Press, 1999. Memórias de soberania, natureza e vida cortesã.
- SAHAGÚN, Bernardino de, e autores nahuas. *Florentine Codex*. Edições de Arthur J. O. Anderson e Charles E. Dibble; versão digital Getty. Enciclopédia colonial multilíngua de autoria complexa.
- THORNTON, John K., ed. *The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706*. Cambridge University Press, 1998. Traduz documentos missionários, contextualizados criticamente.

Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios

Critérios de seleção

Os recursos abaixo pertencem a universidades, arquivos, museus, organismos científicos ou emissoras públicas. Isso não elimina vieses. Para cada item, verifique autoria, curadoria, bibliografia, data de atualização e direitos de uso. Documentário é porta de entrada, não substituto de monografia. Disponibilidade audiovisual pode variar por país.

Arquivos e fontes das Américas

[Getty Research Institute - Códice Florentino Digital, com texto, imagens e aparato editorial](#)

[Library of Congress - Livro XII do Códice Florentino, Conquista do México](#)

[Library of Congress - Carta de relação de Hernán Cortés em acervo digital](#)

[Biblioteca Real da Dinamarca - manuscrito integral de Guaman Poma](#)

[Smithsonian Native Knowledge 360 - materiais construídos com perspectivas indígenas](#)

[Portal de Archivos Españoles - busca de documentos dos arquivos históricos da Espanha](#)

[Archivo General de Indias - guia institucional e acesso a descrições de fundos](#)

[Biblioteca Nacional Digital do Brasil - mapas, livros, manuscritos e iconografia](#)

[Arquivo Nacional do Brasil - pesquisa e exposições digitais](#)

[John Carter Brown Library - coleções sobre as Américas até c. 1825](#)

África, escravização e diásporas

[UNESCO - História Geral da África, com acesso aos volumes e projetos pedagógicos](#)

[UNESCO Digital Library - História Geral da África, volume V, séculos XVI a XVIII](#)

[SlaveVoyages - banco de dados do tráfico atlântico, mapas e metodologia](#)

[Enslaved.org - dados relacionais sobre pessoas, eventos e lugares da escravidão histórica](#)

[UNESCO - programa Routes of Enslaved Peoples, pesquisa, memória e educação](#)

[The National Archives do Reino Unido - conjunto pedagógico sobre escravidão e documentos](#)

[Smarthistory - panorama da África até 1600, com objetos e contextos políticos](#)

[Smarthistory - Reino do Kongo e crucifixo kongolês como fonte de tradução cultural](#)

Ásia islâmica, Índia e oceano Índico

[Metropolitan Museum - Heilbrunn Timeline of Art History, ensaios, cronologias e objetos](#)

[Metropolitan Museum - unidade educativa sobre arte e cultura mogol](#)

[Smithsonian National Museum of Asian Art - Discovering Babur](#)

[British Museum - pesquisa de coleções otomanas, safávidas e mogóis](#)

[British Library - temas e coleções da Ásia e África](#)

[Qatar Digital Library - manuscritos, mapas e arquivos do golfo e oceano Índico](#)

China, Japão, Coreia e Rússia

[Columbia University Asia for Educators - China Ming e Qing, 1450-1750](#)

[Columbia University Asia for Educators - fontes primárias chinesas com questões](#)

[Columbia University Asia for Educators - pontos-chave da história do Leste Asiático, 1450-1750](#)

[National Diet Library do Japão - exposições e coleções digitais](#)

[National Archives of Japan - documentos e exposições digitais](#)

[National Institute of Korean History - Korean History Database](#)

[Presidential Library da Rússia - coleções digitais históricas](#)

Companhias, mapas e coleções transregionais

[UNESCO Memory of the World - arquivos da Companhia Neerlandesa das Índias Orientais](#)

[Nationaal Archief dos Países Baixos - pesquisa nos arquivos da VOC](#)

[Rijksmuseum - busca por objetos e imagens com informações de direitos](#)

[Library of Congress - World Digital Library integrada às coleções globais](#)

[Gallica, Biblioteca Nacional da França - mapas, impressos e manuscritos](#)

[Europeana - agregador de acervos culturais europeus com filtros de direitos](#)

[David Rumsey Map Collection - mapas históricos digitalizados](#)

[OldMapsOnline - buscador geográfico de acervos cartográficos](#)

[World History Commons - fontes primárias com contextualização pedagógica](#)

Cursos e aulas abertas

[MIT OpenCourseWare - The World: 1400-Present, curso universitário aberto](#)

[Open Yale Courses - Early Modern England: Politics, Religion, and Society](#)

[Gresham College - arquivo de palestras públicas de história](#)

[Smarthistory - Reframing Art History, livro multimídia global e aberto](#)

[UNESCO - acervo multimídia sobre as rotas de pessoas escravizadas](#)

Séries documentais recomendadas

[PBS - Africa's Great Civilizations, série apresentada por Henry Louis Gates Jr.](#)

[PBS LearningMedia - coleção pedagógica de Africa's Great Civilizations](#)

[PBS - Native America, arqueologia, conhecimento e comunidades indígenas](#)

[PBS - The Story of China, série apresentada por Michael Wood](#)

[BBC Select - The Ottomans: Europe's Muslim Emperors, de Rageh Omaar](#)

[Metropolitan Museum - vídeos e recursos educativos do mundo islâmico](#)

Como avaliar um vídeo histórico

- Confirme se especialistas são identificados e se existe bibliografia de apoio.
- Diferencie reconstituição visual de documento contemporâneo.

- Desconfie de título que promete segredo proibido, civilização perdida ou explicação por um único povo.
- Verifique se o mapa distingue enclave, influência e soberania.
- Compare pelo menos uma afirmação importante com livro acadêmico ou fonte institucional.
- Registre episódio, minuto e afirmação para revisar antes de publicar.

Direitos de uso: Use links e citações descritivas livremente, mas verifique a licença de cada imagem, mapa ou vídeo antes de reproduzi-lo em blog. Domínio público e Creative Commons precisam ser confirmados no item, não presumidos pelo nome do acervo.

Roteiro de estudo em oito semanas

Semana 1 - Método e mundo de 1500

Leia a apresentação e os capítulos 1 e 2. Construa um mapa com cinco formações em cada grande região. Para cada uma, anote base fiscal e intermediário principal. Consulte a introdução de Conrad e um capítulo de Burbank e Cooper.

Produto: uma página explicando por que 1500 não marca domínio europeu do mundo.

Semana 2 - Conquista e colonização americana

Leia os capítulos 3, 4 e 5. Compare Cortés com o Livro XII do Códice Florentino e examine uma página de Guaman Poma. Use três colunas: afirmação, interesse do autor e verificação externa.

Produto: artigo curto, Por que a conquista foi uma coalizão e não uma façanha individual.

Semana 3 - Oceanos e presença portuguesa

Leia o capítulo 6 e retome o capítulo 3. Marque Goa, Malaca, Ormuz, Macau e Nagasaki. Classifique cada posição como conquista, licença, tratado ou enclave. Leia Subrahmanyam ou Pearson.

Produto: mapa comentado que evite pintar todo o Índico como português.

Semana 4 - Otomanos, Safávidas e Mogóis

Leia os capítulos 7, 8 e 9. Preencha matriz com timar, jagir, qizilbash, mansab e fazenda fiscal. Compare religião patrocinada, pluralidade e fronteira.

Produto: ensaio de 800 palavras, Três impérios da pólvora, cinco diferenças institucionais.

Semana 5 - Leste asiático e Rússia

Leia os capítulos 10 e 11. Estude transição Ming-Qing, unificação Tokugawa e avanço russo na Sibéria. Compare comércio regulado e fronteira tributária.

Produto: quadro mito versus evidência sobre sakoku ou vazio siberiano.

Semana 6 - África e Atlântico escravista

Leia os capítulos 12 e 13. Consulte o volume V da UNESCO e a metodologia SlaveVoyages. Escolha uma região africana e evite generalizar para o continente. Acrescente uma biografia ou fonte comunitária aos dados agregados.

Produto: gráfico reproduzível com nota metodológica e um parágrafo centrado nas pessoas.

Semana 7 - Europa, companhias e ecologia

Leia os capítulos 14 e 15. Compare VOC e EIC em 1650, antes do domínio britânico na Índia. Siga uma mercadoria - açúcar, prata, algodão ou noz-moscada - do trabalho ao consumo.

Produto: fluxograma com pelo menos quatro intermediários e dois custos ocultos.

Semana 8 - Síntese e publicação

Leia o capítulo 16 e os apêndices B e C. Escolha três formações que coexistiram em 1650. Escreva uma comparação por receita, trabalho, religião, informação e limite. Revise todas as afirmações de escala global.

Produto: artigo de blog entre 1.500 e 2.000 palavras com cinco referências, dois links de fonte primária e legenda de direitos para cada imagem.

Checklist final de estudo

1. Consigo diferenciar coexistência, conexão e contato direto?
2. Sei explicar conquista sem apagar aliados indígenas nem epidemias?
3. Distingo feitoria, colônia, vice-reino e companhia-Estado?
4. Comparo timar, jagir, mita, servidão e escravidão sem tratá-los como iguais?
5. Localizo ao menos cinco formações africanas por instituições próprias?
6. Sei por que Ming-Qing e Tokugawa não eram sociedades isoladas?
7. Posso explicar o papel da prata sem afirmar que ela comandava sozinha a economia mundial?
8. Identifico o interesse de uma crônica, mapa ou cadastro?
9. Cito estimativas como estimativas?
10. Verifico licença de imagem antes de publicar?

Encerramento e ponte para o Volume 10

Por volta de 1700, o mundo estava mais conectado que em 1500, mas continuava policêntrico. A passagem ao Volume 10 será tratada como continuidade e mudança de escala, não como uma ruptura súbita: companhias, escravidão e guerras oceânicas se ampliarão; Qing alcançará novo auge territorial; a ordem mogol será reconfigurada; poderes marathas, russos e africanos ganharão novas capacidades; e revoluções atlânticas alterarão linguagens de soberania. Mudanças industriais começarão a modificar energia, produção e poder sem seguir cronologia uniforme.

O Volume 10 poderá examinar c. 1700-1850: impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações. A pergunta orientadora será como revoluções políticas e produtivas transformaram soberania e trabalho, enquanto impérios antigos se adaptavam, se fragmentavam ou se expandiam.

Continuidade da coleção: O próximo volume não começará com uma Europa já vencedora. Partirá do equilíbrio desigual de 1700 e acompanhará as condições concretas que mudaram relações de força até meados do século XIX.